

BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX

Edital 128/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
128/2025	160186-BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX	AGNALDO BARCELOS DA SILVA	24/04/2026 11:19 (v 0.15)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	18/2025	65304.001995/2025-13

Preâmbulo

PREGÃO ELETRÔNICO

90026/2025

CONTRATANTE (UASG)

(160186)

OBJETO

Eventual aquisição de material de Tecnologia da Informação (TI)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 885.610,22 (oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dez reais e vinte e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/05/2026, às 9h30 (horário de Brasília).

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

PREÂMBULO	01
1. DO OBJETO	03
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	04
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	04
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.	06
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	06
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	08
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	09
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
10. DO TERMO DE CONTRATO	19
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	20
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	21
13. DOS RECURSOS	22
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO
(BASE ADMINISTRATIVA MARECHAL JOSÉ PESSOA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025

(Processo Administrativo nº 65304.001995/2025-13)

Torna-se público que a Base Administrativa do Quartel General do Exército, por meio da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos, sediada na Avenida do Exército, setor Militar Urbano, S/N, Bloco J 2º Piso, CEP: 70.630-901, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de material de TI destinado a atender as necessidades da Base Administrativa do Quartel-General do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Para os itens 1, 4, 5, 6, 9 e 10 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Os itens 3 e 8 são Cotas reservadas. Os itens 2 e 7 são de ampla participação pois seus respectivos valores totais são superiores a R\$ 80.000,00, conforme apresentado no TR.
- 3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo previsto no TR

6.1.5. As especificações e condições do objeto encontram-se devidamente justificadas no Termo de Referência constante dos autos do processo.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃ poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um) Real

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto” , os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. . A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.20.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.20.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.20.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.20.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.20.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.20.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.20.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. empresas brasileiras;

7.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5.1. Caso um mesmo licitante seja declarado vencedor de mais de um item do certame, poderá ser convocado, mediante ato único, para apresentação da proposta final atualizada, devendo esta contemplar, de forma discriminada, os itens vencidos, com observância às exigências do edital e à individualização dos valores.

Obs: Foi acostada Justificativa para o acréscimo do item 7.24.5.1. conforme documento "JUSTIFICATIVA_ADEQUACAO EDITAL e ARP".

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. nexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% [A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio eletrônico/digital, desde que se possível comprovar sua veracidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11.. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 9.11.1. . A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:
- 9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1., Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <http://licitacoesb.11rm.eb.mil.br/home>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar e

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 2% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: divalc.recursos@badmggex.eb.mil.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida do Exército, S/N, Quartel-General do Exército, Bloco J, 2º Piso, SMU, Brasília - DF, Cep: 70.630-901, Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos (DIVALC) da Base Administrativa do Quartel-General do Exército - DIVALC/B Adm QGEx.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência e seus anexos.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida do Exército, S/N, Quartel-General do Exército, Bloco J, 2º Piso, SMU, Brasília – DF, CEP 70.630-901, Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos da Base Administrativa do Quartel-General do Exército – DIVALC/B Adm QGEx, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de 2ª a 5ª feira, e das 08h00min às 12h00min, nas sextas-feiras, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

..

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILTON FABIANO VELOZO LINS

Autoridade competente

BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX

Termo de Referência 179/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
179/2025	160186-BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX	LEONARDO LOPES SILVA	23/04/2026 14:06 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	120/2025	65304.001995/2025-13

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de TIC para suprir as necessidades da Base Administrativa do Quartel-General, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÓRGÃO GERENCIADOR: BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC- TIC	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	CONCORRÊNCIA
	Switch 24 portas: Switch Gigabit de 24 portas, Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, Interfaces: 24 portas RJ45 10/100/1000 Mbps + 4 portas SFP 1G ou 10G, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), Fonte de Energia: Entrada CA 110-220V, 50/60Hz, Consumo máximo: 220 W, Desempenho: Taxa de encaminhamento de pacotes de 35,7 Mpps,							

1	capacidade de comutação de 48 Gbps, VLAN: Suporta até 32 VLANs simultaneamente, Suporta VLANs baseadas em MAC, IP e tempo, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), Power over Ethernet (PoE+) eficiente, Gerenciamento intuitivo, Soluções de segurança avançadas, Desenvolvido em formato de unidade rack. Acompanha: Cabo de alimentação, Cabo para console, 2 alças de fixação, Kit para montagem em rack, Folheto de instruções, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.	604753	Unidade	Não Aplicável	10	2.663,28	26.632,80	Exclusiva para ME /EPP
2	Switch 48 portas: Switch 48 portas, Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s, Interfaces: 48 portas RJ45 10/100/1000 Mbps + 4 portas SFP 10G, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), VLAN: Suporta até 256 VLANs simultaneamente, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), Garantia: Garantia limitada de hardware, Tabelas de Endereços MAC: Suporta até 8.192 endereços MAC, Certificação: FCC,	602456	Unidade	Não Aplicável	21	15.641,67	328.475,07	AMPLA CONCORRÊNCIA

	CE, RoHS, Acompanha: Cabo de alimentação, Cabo para console, 2 alças de fixação, Kit para montagem em rack, Folheto de instruções, com garantia, Power over Ethernet (PoE+) eficiente , Gerenciamento intuitivo, Soluções de segurança avançadas, Desenvolvido em formato de unidade rack, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto intervenção onsite.							
3	Idem ao Item 2 - Cota reservada para ME/EPP em 12,5%	602456	Unidade	Não Aplicável	3	15.641,67	46.925,01	Cota reservada para ME/EPP
4	Switch 8 Rede Metro Como Vlan: Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s, Interfaces: Suporte a múltiplas portas Gigabit Ethernet e SFP, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), Fonte de Energia: Entrada CA 100-240V, 50/60Hz, Consumo Máximo de Energia: Varia conforme o modelo, geralmente entre 30W e 130W, Desempenho: Capacidade de switching de até 176 Gbps, VLAN: Suporte a VLANs baseadas em porta, MAC e IP, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), garantia: estendida até 36	448264	Unidade	Não Aplicável	10	175,31	1.753,13	Exclusiva para ME/EPP

	meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.							
5	<p>Access Point:</p> <p>Padrões e Protocolos: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), IEEE 802.3af/at (PoE), WPA3,</p> <p>Interfaces: 1 porta Ethernet RJ45 1G/2.5G, suporte a PoE,</p> <p>Mídia de Rede: Compatível com redes cabeadas e sem fio,</p> <p>Fonte de Energia: Alimentação via PoE ou adaptador DC,</p> <p>Consumo Máximo de Energia: Até 30W (PoE+), Desempenho: Suporte a MU-MIMO, OFDMA, velocidades de até 5.38 Gbps,</p> <p>VLAN: Suporte a VLANs baseadas em SSID, Tabelas de Endereços MAC: Suporte a vários dispositivos simultâneos, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, Kit de fixação – Parafusos e buchas para instalação.</p>	486317	Unidade	Não Aplicável	10	1.066,19	10.661,93	Exclusiva para ME /EPP
6	<p>Roteador Wireless:</p> <p>Padrões e Protocolos: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), IEEE 802.3af/at (PoE), WPA3,</p> <p>Interfaces: 1 porta Ethernet RJ45 1G/2.5G, suporte a PoE,</p> <p>Mídia de Rede: Compatível com redes cabeadas e sem fio,</p> <p>Fonte de Energia: Alimentação via PoE ou adaptador DC,</p> <p>Tabelas de Endereços MAC: Suporte a vários dispositivos simultâneos, Kit de fixação – Parafusos e buchas para instalação,</p>	484745	Unidade	Não Aplicável	10	896,98	8.969,83	Exclusiva para ME /EPP

	garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses.							
7	<p>Servidor:</p> <p>Padrões e Protocolos: Suporte a IPv4, IPv6, SNMP, SSH, HTTPS, IPMI, Interfaces: Até 2 processadores Intel Xeon de 3ª geração, de 3 TB de memória DDR4, até 10 portas Ethernet 10G, Mídia de Rede: Suporte a fibra óptica e cobre, compatível com redes de alta velocidade, Fonte de Energia: Fonte redundante de 800W ou 1600W, Consumo Máximo de Energia: Aproximadamente 1600W em carga máxima, Desempenho: Suporte a virtualização, armazenamento NVMe, alta capacidade de processamento, Suporte para slots de expansão PCIe para futuras atualizações, Capacidade de Expansão: Capacidade de adicionar memória R A M e armazenamento NVMe /SSD conforme necessidade, Múltiplos bays de discos rígidos, permitindo RAID para redundância, Firmware seguro com proteção contra ataques e autenticação avançada, Discos em RAID (RAID 1, RAID 5, RAID 10) para segurança contra perda de dados, Suporte SNMP para monitoramento contínuo do desempenho, Console Web intuitiva para gerenciamento simplificado, Virtualização e Cloud:</p>	459951	Unidade	Não Aplicável	9	40.716,83	366.451,47	AMPLA CONCORRÊNCIA

	Compatibilidade com VMware ESXi, Hyper-V e Proxmox para criar máquinas virtuais, Integração com serviços de nuvem como AWS, Azure e Google Cloud, gerenciamento inteligente de energia para reduzir consumo elétrico, Processadores com eficiência energética , garantindo alto desempenho sem excesso de calor, Suporte para GPU dedicadas (como NVIDIA ou AMD) para processamento avançado, Aprimoramento para cargas de trabalho de inteligência artificial , Integração com frameworks de IA , como TensorFlow e PyTorch, garantia: estendida mínimo de 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.							
8	Idem ao Item 7 - Cota reservada para ME/EPP em 20%	459951	Unidade	Não Aplicável	1	40.716,83	40.716,83	Cota reservada para ME/EPP
9	Impressora térmica de cupom não fiscal com guilhotina: Tipo de impressão: Térmica direta, Resolução: 203 dpi (pontos por polegada), Velocidade de impressão: Até 250 mm/s, Largura do papel: 80 mm, Guilhotina: Automática, Interfaces de conexão: USB, Ethernet, Serial, Compatibilidade: Windows, Linux e Android, Modo de operação: Impressão	624021	Unidade	Não Aplicável	2	922,46	1.844,93	Exclusiva para ME/EPP

	de recibos, senhas e cupons não fiscais, Sistema de carregamento de papel: Easy Load para troca rápida, Dimensões: Compacta, ideal para balcões de atendimento, garantia: básica de 12 meses estendida por até 36 meses							
10	<p>Equipamento de videoconferência para sala de reunião média:</p> <p>Câmera: Resolução: Full HD (1080p) a 30 fps, Zoom de alta definição de 15X, Pan suave motorizada, tilt e zoom, Foco automático, Ângulo de 90° a 120° para capturar todos os participantes com clareza, Microfone: Faixa de alcance: 4.5 metros, Captação omnidirecional com redução de ruído, Áudio claro e sem distorções, AEC (Cancelamento acústico de eco), suporte a comunicação full-duplex para transmissão simultânea de voz., Compatibilidade: Conectividade plug-and-play via USB, Requisitos do sistema: Windows 8.1, Windows 10, Windows 11 ou superior, Com garantia de hardware, Compatibilidade: Integração garantida com Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, Skype e outras soluções de videoconferência, Controle remoto: Ajuste de volume, mute e enquadramento da câmera, Conteúdo: Câmera, Display Hub,</p>	615859	Unidade	Não Aplicável	2	26.589,66	53.179,33	Exclusiva para ME /EPP

Controle remoto, microfone, SPEAKER, Documentação técnica completa e acessórios complementares. Solução de videoconferência para sala de reunião média, com aproximadamente 8 participantes, garantia: básica de 12 meses estendida por 36 meses, com atendimento técnico com resposta ágil (inclusive onsite), cobertura completa para reparos e manutenção preventiva.						
TOTAL					R\$ 885.610,22	

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador					
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Switch 24 portas	Unidade	5	10	10
2	Switch 48 portas	Unidade	10	21	21
3	Idem ao Item 2 - Cota reservada para ME /EPP em 12,5%	Unidade	1	3	3
4	Switch Rede Metro Como Vlan	Unidade	5	10	10
5	Access Point	Unidade	5	10	10
6	Roteador Wireless	Unidade	5	10	10
7	Servidor	Unidade	4	9	9
8	Idem ao Item 7 - Cota reservada para ME /EPP em 20%	Unidade	1	1	1
9	Impressora térmica de cupom não fiscal com guilhotina	Unidade	2	2	2
10	Equipamento de videoconferência para sala de reunião média	Unidade	1	2	2

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como não continuado conforme Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. A presente contratação/aquisição gerará Ata de Registro de Preços de validade de 1(um) ano e poderá ser prorrogada por mais 1 (um) ano.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos materiais permanentes de Tecnologia da Informação para a Base Administrativa do Quartel-General do Exército (B Adm QGEx) justifica-se pela necessidade crítica de manter, expandir e modernizar a infraestrutura tecnológica, atendendo às demandas operacionais e estratégicas da instituição. O levantamento detalhado das necessidades atuais, aliado à projeção do crescimento das atividades e à obsolescência dos equipamentos atualmente em uso, demonstra que a renovação de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do parque de hardware por ano é indispensável para garantir a continuidade dos serviços e a evolução tecnológica da base. Essa estratégia permite que a infraestrutura acompanhe as inovações do mercado, mantenha a compatibilidade entre os sistemas e garanta a segurança e a eficiência dos processos administrativos, de comunicação e de segurança da informação.

2.2. O quantitativo de bens e serviços foi definido a partir do inventário atual, utilizando como parâmetro o número de 292 estações de trabalho e as características específicas de cada grupo de item – como equipamentos de rede, fontes de energia, computadores, periféricos, impressoras térmicas, equipamentos de videoconferência e televisores. Por exemplo, a metodologia de cálculo para os equipamentos de rede considerou a necessidade de ampliar e substituir dispositivos obsoletos, determinando a aquisição de switches e roteadores com capacidades específicas para atender não apenas à atual demanda, mas também à expansão prevista (Criação da Divisão de Pagamento e unificação da Divisão de Aquisição, Licitações e Contratos). De maneira similar, os equipamentos de energia e proteção foram dimensionados com base na proteção contínua das operações, considerando a substituição gradual de dispositivos de acordo com a evolução da demanda. Essa abordagem quantitativa, sustentada na análise do uso atual e na projeção futura, resulta em um conjunto de itens que, em conjunto, garantem alta disponibilidade, integração e segurança da infraestrutura de TIC da instituição.

2.3. A implementação desta solução trará benefícios diretos e mensuráveis, tais como: aumento da confiabilidade e da continuidade dos serviços de TIC; mitigação dos riscos operacionais decorrentes da desatualização e desgaste dos equipamentos; suporte à expansão das demandas digitais e operacionais; e, por fim, a promoção de uma governança tecnológica mais robusta e a redução de custos operacionais a médio e longo prazo. Assim, a contratação evidencia-se como uma medida estratégica não apenas para responder às demandas imediatas, mas também para viabilizar o crescimento sustentável e a excelência na prestação dos serviços da B Adm QGEx.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.4.1. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000320/2025

2.4.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

2.4.3. Id do item no PCA: 2773 ao 2797

2.4.4. Classe/Grupo:

7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA;

7010 - COMPUTADORES,

7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES;

7020 - IMPRESSORAS;

7040 - EQUIPAMENTOS DE ENTRADA DE DADOS; e

5836 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO.

2.4.5. Identificador da Futura Contratação: 160186-120/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição completa da solução encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que integra este Termo de Referência como anexo, contendo a caracterização técnica, a motivação da necessidade, os requisitos funcionais e não funcionais, bem como a estimativa preliminar dos custos.

3.2. A solução de TIC proposta contempla a aquisição de equipamentos destinados à substituição gradual do parque de hardware da Base Administrativa do Quartel-General do Exército, com vistas a garantir a continuidade e a modernização da infraestrutura tecnológica. Essa substituição visa aumentar a eficiência operacional, mitigar riscos de falhas decorrentes da obsolescência dos equipamentos atuais e alinhar o ambiente de trabalho às crescentes demandas administrativas e operacionais da Organização Militar. O quantitativo de bens e serviços foi definido com base na expectativa de consumo anual e no plano de renovação progressiva do parque tecnológico, contemplando, entre outros itens: servidores, microcomputadores, notebooks, monitores, switches, nobreaks, equipamentos de videoconferência e impressoras térmicas.

3.3. O licitante deverá apresentar, em sua proposta, descrição clara e detalhada das condições de garantia ofertadas pelo fabricante, indicando o prazo adicional de cobertura, os serviços contemplados e os canais de atendimento. Deverá, ainda, informar as assistências técnicas credenciadas e autorizadas a prestar o serviço de garantia no Distrito Federal, de forma a garantir agilidade e eficiência na manutenção dos equipamentos. No caso de o licitante não ser o fabricante, será obrigatória a apresentação de declaração ou certificado do fabricante, atestando que os produtos ofertados possuem a garantia requerida neste Termo de Referência, condição indispensável para assegurar a conformidade e a rastreabilidade da solução proposta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1.1. Atender às demandas registradas no Plano de Contratação Anual (PCA) relacionadas à aquisição material permanente de TIC;
- 4.1.1.2. Atender a necessidade de manter a operação das estações de trabalho e demais dispositivos críticos, a atualização e a compatibilidade dos sistemas devem ser asseguradas para evitar interrupções nos serviços administrativos, operacionais e logísticos.;
- 4.1.1.3. Ampliar e modernizar os equipamentos de rede permite alcançar a interoperabilidade dos sistemas e a integração entre áreas, suportando o crescimento de usuários e a transmissão eficiente de dados;
- 4.1.1.4. A continuidade das operações depende da disponibilidade de energia estabilizada e redundante, evitando a perda de dados e a interrupção de serviços em caso de falhas elétricas;
- 4.1.1.5. A adoção de soluções que favoreçam a comunicação integrada é fundamental para suprir as necessidades de um ambiente administrativo moderno e colaborativo, proporcionando maior eficiência operacional e agilidade na tomada de decisões;
- 4.1.1.6. Equipamentos energeticamente eficientes reduzem os custos operacionais a médio e longo prazo e estão em consonância com as políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental da instituição.

4.1.2. Os fornecedores deverão submeter propostas que estejam em total conformidade com os requisitos técnicos dos itens descritos a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DETALHADAS
1	Switch 24 portas	Switch Gigabit de 24 portas, Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, Interfaces: 24 portas RJ45 10/100/1000 Mbps + 4 portas SFP 1G ou 10G, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), Fonte de Energia: Entrada CA 110-220V, 50/60Hz, Consumo máximo: 220 W, Desempenho: Taxa de encaminhamento de pacotes de 35,7 Mpps, capacidade de comutação de 48 Gbps, VLAN: Suporta até 32 VLANs simultaneamente, Suporta VLANs baseadas em MAC, IP e tempo, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), Power over Ethernet (PoE+) eficiente , Gerenciamento intuitivo, Soluções de segurança avançadas, Desenvolvido em formato de unidade rack. Acompanha: Cabo de alimentação, Cabo para

		console, 2 alças de fixação, Kit para montagem em rack, Folheto de instruções, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.
2	Switch 48 portas	Switch 48 portas, Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s, Interfaces: 48 portas RJ45 10/100/1000 Mbps + 4 portas SFP 10G, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), VLAN: Suporta até 256 VLANs simultaneamente, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), Garantia: Garantia limitada de hardware, Tabelas de Endereços MAC: Suporta até 8.192 endereços MAC, Certificação: FCC, CE, RoHS, Acompanha: Cabo de alimentação, Cabo para console, 2 alças de fixação, Kit para montagem em rack, Folheto de instruções, com garantia, Power over Ethernet (PoE+) eficiente , Gerenciamento intuitivo, Soluções de segurança avançadas, Desenvolvido em formato de unidade rack, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto intervenção onsite.
3	Idem ao Item 2 - Cota reservada para ME/EPP em 12,5%	Switch 48 portas, Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s, Interfaces: 48 portas RJ45 10/100/1000 Mbps + 4 portas SFP 10G, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), VLAN: Suporta até 256 VLANs simultaneamente, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), Garantia: Garantia limitada de hardware, Tabelas de Endereços MAC: Suporta até 8.192 endereços MAC, Certificação: FCC, CE, RoHS, Acompanha: Cabo de alimentação, Cabo para console, 2 alças de fixação, Kit para montagem em rack, Folheto de instruções, com garantia, Power over Ethernet (PoE+) eficiente , Gerenciamento intuitivo, Soluções de segurança avançadas, Desenvolvido em formato de unidade rack, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto intervenção onsite.
4	Switch 8 Rede Metro Como Vlan	Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s, Interfaces: Suporte a múltiplas portas Gigabit Ethernet e SFP, Mídia de Rede: UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), Fonte de Energia: Entrada CA 100-240V, 50/60Hz, Consumo Máximo de Energia: Varia conforme o modelo, geralmente entre 30W e 130W, Desempenho: Capacidade de switching de até 176 Gbps, VLAN: Suporte a VLANs baseadas em porta, MAC e IP, Método de Transmissão: Store-and-Forward (Armazena e Encaminha), garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.
5	Access Point	Padrões e Protocolos: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), IEEE 802.3af/at (PoE), WPA3, Interfaces: 1 porta Ethernet RJ45 1G/2.5G, suporte a PoE, Mídia de Rede: Compatível com redes cabeadas e sem fio, Fonte de Energia: Alimentação via PoE ou adaptador DC, Consumo Máximo de Energia: Até 30W (PoE+), Desempenho: Suporte a MU-MIMO, OFDMA, velocidades de até 5.38 Gbps, VLAN: Suporte a VLANs baseadas em SSID, Tabelas de Endereços MAC: Suporte a vários dispositivos simultâneos, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, Kit de fixação – Parafusos e buchas para instalação.
6	Roteador Wireless	Padrões e Protocolos: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), IEEE 802.3af/at (PoE), WPA3, Interfaces: 1 porta Ethernet RJ45 1G/2.5G, suporte a PoE, Mídia de Rede: Compatível com redes cabeadas e sem fio, Fonte de Energia: Alimentação via PoE ou adaptador DC, Tabelas de Endereços MAC: Suporte a vários dispositivos simultâneos, Kit de fixação – Parafusos e buchas para instalação, garantia: estendida até 36 meses, além da garantia básica de 12 meses.
7	Servidor	Padrões e Protocolos: Suporte a IPv4, IPv6, SNMP, SSH, HTTPS, IPMI, Interfaces: Até 2 processadores Intel Xeon de 3ª geração, de 3 TB de memória DDR4, até 10 portas Ethernet 10G, Mídia de Rede: Suporte a fibra óptica e cobre, compatível com redes de alta velocidade, Fonte de Energia: Fonte redundante de 800W ou 1600W, Consumo Máximo de Energia: Aproximadamente 1600W em carga máxima, Desempenho: Suporte a virtualização, armazenamento NVMe, alta capacidade de processamento, Suporte para slots de expansão PCIe para futuras atualizações, Capacidade de Expansão: Capacidade de adicionar memória RAM e armazenamento NVMe/SSD conforme necessidade, Múltiplos bays de discos rígidos, permitindo RAID para redundância, Firmware seguro com proteção contra ataques e autenticação avançada, Discos em RAID (RAID 1, RAID 5, RAID 10) para segurança contra perda de dados, Suporte SNMP para monitoramento contínuo do desempenho, Console Web intuitiva para gerenciamento simplificado, Virtualização e Cloud: Compatibilidade com VMware ESXi, Hyper-V e Proxmox para criar máquinas virtuais, Integração com serviços de nuvem como AWS, Azure e Google Cloud, gerenciamento inteligente de energia para reduzir consumo elétrico, Processadores com eficiência energética , garantindo alto desempenho sem excesso de calor, Suporte para GPU dedicadas (como NVIDIA ou AMD)

		para processamento avançado, Aprimoramento para cargas de trabalho de inteligência artificial, Integração com frameworks de IA, como TensorFlow e PyTorch, garantia: estendida mínimo de 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.
8	Idem ao Item 7 - Cota reservada para ME/EPP em 10%	Padrões e Protocolos: Suporte a IPv4, IPv6, SNMP, SSH, HTTPS, IPMI, Interfaces: Até 2 processadores Intel Xeon de 3ª geração, de 3 TB de memória DDR4, até 10 portas Ethernet 10G, Mídia de Rede: Suporte a fibra óptica e cobre, compatível com redes de alta velocidade, Fonte de Energia: Fonte redundante de 800W ou 1600W, Consumo Máximo de Energia: Aproximadamente 1600W em carga máxima, Desempenho: Suporte a virtualização, armazenamento NVMe, alta capacidade de processamento, Suporte para slots de expansão PCIe para futuras atualizações, Capacidade de Expansão: Capacidade de adicionar memória RAM e armazenamento NVMe/SSD conforme necessidade, Múltiplos bays de discos rígidos, permitindo RAID para redundância, Firmware seguro com proteção contra ataques e autenticação avançada, Discos em RAID (RAID 1, RAID 5, RAID 10) para segurança contra perda de dados, Suporte SNMP para monitoramento contínuo do desempenho, Console Web intuitiva para gerenciamento simplificado, Virtualização e Cloud: Compatibilidade com VMware ESXi, Hyper-V e Proxmox para criar máquinas virtuais, Integração com serviços de nuvem como AWS, Azure e Google Cloud, gerenciamento inteligente de energia para reduzir consumo elétrico, Processadores com eficiência energética , garantindo alto desempenho sem excesso de calor, Suporte para GPU dedicadas (como NVIDIA ou AMD) para processamento avançado, Aprimoramento para cargas de trabalho de inteligência artificial, Integração com frameworks de IA, como TensorFlow e PyTorch, garantia: estendida mínimo de 36 meses, além da garantia básica de 12 meses, com suporte técnico especializado com diagnóstico remoto e intervenção onsite.
9	Impressora térmica de cupom não fiscal com guilhotina	Tipo de impressão: Térmica direta, Resolução: 203 dpi (pontos por polegada), Velocidade de impressão: Até 250 mm/s, Largura do papel: 80 mm, Guilhotina: Automática, Interfaces de conexão: USB, Ethernet, Serial, Compatibilidade: Windows, Linux e Android, Modo de operação: Impressão de recibos, senhas e cupons não fiscais, Sistema de carregamento de papel: Easy Load para troca rápida, Dimensões: Compacta, ideal para balcões de atendimento, garantia: básica de 12 meses estendida por até 36 meses
10	Equipamento de videoconferência para sala de reunião média	Câmera: Resolução: Full HD (1080p) a 30 fps, Zoom de alta definição de 15X, Pan suave motorizada, tilt e zoom, Foco automático, Ângulo de 90° a 120° para capturar todos os participantes com clareza, Microfone: Faixa de alcance: 4.5 metros, Captação omnidirecional com redução de ruído, Áudio claro e sem distorções, AEC (Cancelamento acústico de eco), suporte a comunicação full-duplex para transmissão simultânea de voz., Compatibilidade: Conectividade plug-and-play via USB, Requisitos do sistema: Windows 8.1, Windows 10, Windows 11 ou superior, Com garantia de hardware, Compatibilidade: Integração garantida com Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, Skype e outras soluções de videoconferência, Controle remoto: Ajuste de volume, mute e enquadramento da câmera, Conteúdo: Câmera, Display Hub, Controle remoto, microfone, SPEAKER, Documentação técnica completa e acessórios complementares. Solução de videoconferência para sala de reunião média, com aproximadamente 8 participantes, garantia: básica de 12 meses estendida por 36 meses, com atendimento técnico com resposta ágil (inclusive onsite), cobertura completa para reparos e manutenção preventiva.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.2.2. Todavia, a CONTRATADA deve prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.3.2. Portaria nº 004, de 31 de janeiro de 2007, que aprova as instruções reguladoras sobre segurança da informação nas redes de comunicação e de computadores do Exército Brasileiro (IRESER – IR 13 – 15); e

4.3.3. Manuais, guias e modelos publicados pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia, órgão central do SISP.

4.4. Requisitos de Manutenção e garantia

4.4.1. O material permanente de TI adquirido deverá permanecer em perfeito funcionamento ao longo de sua vida útil, garantindo alta disponibilidade e mínimo impacto operacional. Para isso, será submetido à manutenção preventiva e corretiva adequada, realizadas pelas garantias legais e adicionais dos fornecedores e/ou fabricantes, conforme as especificações técnicas detalhadas citadas no item 4.1.2 deste artefato e, conforme necessidade, pela equipe de TI da B Adm QGEx.

4.4.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A exigência de garantia contratual superior à garantia legal mínima para os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação decorre de critérios técnicos, operacionais e econômicos devidamente motivados. Os bens contratados integram a infraestrutura crítica de TIC da Organização, sendo essenciais para a continuidade dos serviços administrativos e operacionais, a segurança da informação e a disponibilidade dos sistemas corporativos. Considerando o ciclo de vida esperado dos equipamentos, a complexidade tecnológica envolvida e o impacto operacional decorrente de falhas, a previsão de garantia estendida visa mitigar riscos de indisponibilidade, reduzir custos com manutenção corretiva e evitar contratações emergenciais, promovendo maior previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão do parque tecnológico. A exigência mostra-se proporcional, tecnicamente justificada e compatível com práticas usuais do mercado corporativo de TIC, não implicando restrição indevida à competitividade nem direcionamento de fornecedor, estando alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.4.4. A garantia adicional será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.4.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.4.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.4.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de comunicação da ocorrência.

4.4.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.4.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho, emitida pela CONTRATANTE.

4.5.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por até 30 (trinta) dias corridos, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.4. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. O CONTRATADO deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.6.2. A CONTRATADA deverá aderir e cumprir a Política de Segurança da Base Administrativa do Quartel General, mediante termo de compromisso a ser assinado pelo representante da empresa contratada, bem como termo de ciência a ser assinado por todos os funcionários da empresa que tiverem acesso às informações ou dependências deste Centro.

4.6.3. A CONTRATADA deve informar a relação dos funcionários que realizarão a entrega dos materiais permanentes da CONTRATANTE e o dia da entrega. Os funcionários devem estar devidamente identificados, com crachás e uniforme específico da empresa enquanto permanecerem nas instalações da CONTRATANTE, e somente poderão adentrar e permanecer nas instalações acompanhados por um militar da OM.

4.6.4. O representante legal da CONTRATADA deve assinar o Termo de Compromisso, quando solicitado, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Base Adm do QGEx e, quando couber, nos demais órgãos do Quartel General.

4.6.5. Os membros da equipe da CONTRATADA devem assinar o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, quando solicitado, fornecido pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deve apresentar os Termos de Ciência assinados à CONTRATANTE.

4.6.6. A CONTRATADA deve adotar as melhores práticas de mercado em gestão de segurança da informação na realização das atividades para a CONTRATANTE.

4.6.7. A solução deve estar de acordo com a política de segurança definida pela CONTRATANTE.

4.6.8. Cumprir, no que couber, a seguinte legislação:

- a) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações - Lei de Acesso à Informação (LAI);
- b) Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, institui a Política de Governança Digital;
- c) Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, estabelece a Política Nacional de Segurança da Informação;
- d) Portaria Normativa nº 1.000/MD, de 30 de abril de 2015, aprova a Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa; e
- e) Portaria Normativa nº 2.327/MD, de 28 de outubro de 2015, aprova a Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.7.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.7.3. Possuir certificação de Eficiência Energética e de qualidade.

4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica previstos na especificações técnicas detalhadas citadas no item 4.1.2 deste artefato e/ou obrigações da contratada no edital.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Não se aplica à presente licitação.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. Não se aplica à presente licitação.

4.11. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11.1. Os bens fornecidos (servidores, switches, access points, estações de trabalho e demais componentes de infraestrutura) deverão possuir garantia contratual mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo peças, mão de obra, fonte de alimentação, componentes eletrônicos, placas internas e quaisquer módulos funcionais.

4.11.2. A garantia contratual é complementar à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

4.11.3. A vigência da garantia não está vinculada ao prazo contratual, podendo estender-se além deste, conforme Orientação Normativa AGU nº 51 /2014.

4.11.4. A exigência de garantia ampliada (36 meses) justifica-se pela criticidade operacional da infraestrutura de TIC do QGEx, onde eventuais falhas impactam diretamente a disponibilidade de sistemas administrativos, operacionais e de comunicação interna, bem como pelos custos logísticos envolvidos na substituição de equipamentos.

4.11.5. A contratada deverá garantir **assistência técnica integral**, incluindo diagnóstico, substituição de peças, reparos, atualizações de firmware e reconfigurações necessárias à restauração total do funcionamento dos equipamentos.

4.11.6. O atendimento deverá ser realizado **preferencialmente on-site nas instalações do QGEx**, dada a natureza crítica dos servidores, switches e pontos de acesso. Caso não seja possível, os equipamentos deverão ser atendidos em unidade técnica localizada em **raio máximo de 150 km**, garantindo atendimento tempestivo.

4.11.7. Caso o reparo exija retirada do equipamento, a contratada deverá fornecer **equipamento reserva** de igual capacidade, sem ônus adicional.

4.11.8. O serviço deverá incluir suporte para:

- configuração inicial e reinstalação após reparos;
- compatibilidade com a infraestrutura atual;
- manutenção da integridade lógica e física da rede.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.3. O CONTRATADO deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 12 (doze) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica, e-mail ou acesso seguro ao site.

4.14.4. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.2. A CONTRATADA deve informar a relação dos funcionários que irão realizar a entrega, instalação ou suporte da solução na sede da CONTRATANTE e o dia de realização mesma. Os funcionários devem estar devidamente identificados, com uso de crachás e uniforme específico da empresa enquanto permanecerem nas instalações da CONTRATANTE. Os empregados somente poderão adentrar nas instalações da CONTRATANTE e lá permanecerem acompanhados de um servidor do órgão.

4.15.3. A CONTRATADA deve adotar as melhores práticas de mercado em gestão de segurança da informação na realização das atividades para a CONTRATANTE.

4.15.4. A solução deve estar de acordo com a política de segurança definida pela CONTRATANTE.

4.15.5. A empresa a ser contratada não poderá armazenar consigo qualquer documento técnico ou dados que contemplem configurações e regras de segurança implantados na B Adm QGEx.

4.15.6. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações, dados e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

4.15.7. Qualquer anormalidade verificada no curso da prestação de serviços será imediatamente comunicada por escrito à empresa contratada.

4.15.8. Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pela B Adm QGEx, ou oriundos das informações que forem manuseados e utilizados, são de propriedade exclusiva desta Organização Militar, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens das empresas a serem contratadas, bem como de seus executores

4.15.8. A empresa a ser contratada deverá guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo ser estes de propriedade exclusiva da B Adm QGEx, sendo vedada a sua cessão, locação ou venda a terceiros.

4.15.9. Cumprir, no que couber, a seguinte legislação:

- a) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações - Lei de Acesso à Informação (LAI);
- b) Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, institui a Política de Governança Digital;
- c) Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, estabelece a Política Nacional de Segurança da Informação;
- d) Portaria Normativa nº 1.000/MD, de 30 de abril de 2015, aprova a Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa; e

e) Portaria Normativa nº 2.327/MD, de 28 de outubro de 2015, aprova a Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

4.16. Sustentabilidade

4.16.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.16.2. A solução deverá estar em conformidade com as normas ambientais vigentes (TI Verde), conforme ISO 14001.

4.16.3. Todos os produtos que forem descartados, sejam por sobra do material empregado ou pela remoção de infraestrutura e cabeamento antigo, devem seguir o descarte ecológico junto ao fabricante ou em locais apropriados.

4.16.4. Deverá ser observada a legislação relativa aos resíduos sólidos a qual pode ser aplicada às compras públicas, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010, a qual prevê a responsabilidade de todos os atores que fazem parte do ciclo de vida de produtos, desde a elaboração até o consumo. Assim fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes e os consumidores, possuem responsabilidade sobre os resíduos gerados.

4.16.5. Sempre que possível deverão ser priorizadas embalagens produzidas com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento, conforme o caso e sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

4.16.6. A presente contratação está alinhada com o que foi previsto no Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2025 do CITEEx. Essa conformidade demonstra o compromisso com práticas sustentáveis e a eficiência na gestão de recursos, assegurando que as aquisições contribuam para os objetivos de sustentabilidade da instituição.

4.17. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.17.1. Similaridade - Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração.

4.18. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.18.1. Não se aplica à presente licitação.

4.19. Da exigência de carta de solidariedade

4.19.1. Não se aplica à presente licitação.

4.20. Subcontratação

4.20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.21. Da exigência de amostra

4.21.1. Não será exigida amostra dos equipamentos.

4.22. Garantia da Contratação

4.22.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.23. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.23.1. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.23.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.23.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.23.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.24. Margem de Preferência

4.24.1. Os itens constantes do presente Termo de Referência encontram-se classificados no CATMAT com enquadramento que enseja a aplicação de Margem de Preferência, conforme parametrização automática do sistema Comprasnet e nos termos da legislação vigente.

4.24.2. Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.889/2024 e 12.218/2024, os bens de TIC objeto da contratação poderão se sujeitar à aplicação de Margem de Preferência de até 20%, conforme classificação no CATMAT e comprovação dos critérios legais de origem nacional (PPB, CFI-BNDES e, quando aplicável, TECNAC), a ser considerada na fase de julgamento, com registro no PNCP.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de execução

6.1.1. Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1.1.1. O gestor do contrato emitirá a nota de empenho para a entrega dos bens desejados. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de Bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.1.1.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB nota de empenho.

6.1.1.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

6.2. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

6.2.2. Condições de Entrega

6.2.2.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens, em remessa única, de acordo com os empenhos.

6.2.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2.2.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Quartel General do Exército Brasileiro, Setor Militar Urbano - Brasília/DF. CEP 70.630-904, Setor de Garagens.

6.3. Formas de transferência de conhecimento

6.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.5.1. Cada OFB ou empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

6.6. Mecanismos formais de comunicação

6.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

a) Ordem de Fornecimento de Bens;

b) Ata de Reunião;

c) Ofício;

d) Sistema de abertura de chamados;

e) E-mails e Cartas;

f) Telefones.

6.7. Formas de Pagamento

6.7.1 Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Apêndice IV a este Termo de referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

- 7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.
- 7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
- 7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.
- 7.30. Deverão ser atendidos todos os critérios relacionados nas Especificações Técnicas, 4.1.2. deste Termo de Referência.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.31. Serão adotados como procedimento de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termo de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.31.1. Os equipamentos fornecidos devem seguir rigorosamente o detalhamento das especificações técnicas constantes no item 4.1.2. deste artefato.
- 7.31.2. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para verificar o atendimento a todos requisitos técnicos e também para a elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.
- 7.31.3. Análise física, em loco, por meio de inspeção visual para verificação da quantidade de interfaces, de fontes de alimentação e demais características externas do equipamento.
- 7.31.4. Análise lógica, por meio da interface de gerência, para verificar características de processamento, memória, armazenamento, entre outras que não possam ser verificadas com inspeção visual externa.
- 7.31.5. Os equipamentos serão testados também por meio de energização, execução do sistema operacional, conexão em rede e verificação do funcionamento de seus componentes.
- 7.31.6. Os equipamentos serão dados como recebidos definitivamente após a conclusão da validação dos produtos diante das especificações solicitadas, bem como a execução do serviço de instalação /ativação no qual será emitido pela fiscalização do contrato o Termo de Recebimento Definitivo.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.32. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO

Tópico	Descrição
--------	-----------

Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.
Meta a cumprir	IAE <= 0 A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	<p>A partir da emissão da OFB.</p> <p>Para valores do indicador IAE:</p>
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 15 horas úteis.	<p>Multa de 0,1666 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 60 dias úteis.</p> <p>Após o limite de 60 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.</p> <p>Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.</p> <p>Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.</p>
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	<p>Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.</p> <p>Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.</p> <p>Multa de 10% sobre o valor do Contrato e Glosa de 10% sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.</p> <p>Advertência.</p>
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	<p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.</p>

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.12.1. o prazo de validade;
- 9.12.2. a data da emissão;
- 9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.12.5. o valor a pagar; e
- 9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27. Não se aplica à presente licitação.

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08 de outubro de 2025, conforme pesquisa de preço 157/2025.

9.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será integral

Crítérios de aceitabilidade de preços

10.4. Não se aplica a presente contratação.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$

$$LG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

$$SG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.33. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.34. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.35. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.35.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.35.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.35.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.35.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.35.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.36. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.36.1. Motivação Circunstanciada (Art. 18, IX): O Art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, exige a motivação circunstanciada das condições do edital, como as exigências de qualificação técnica, mediante a indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto.

10.36.2. Definição de Valor Significativo (Art. 67, § 1º): O Art. 67, § 1º, estabelece que a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo consideradas como tal aquelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

10.36.3. Limite da Exigência (Art. 67, § 2º): O Art. 67, § 2º, permite a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo.

10.36.4. A exigência dos atestados de capacidade técnica, restrita aos percentuais indicados, é justificada pela natureza estratégica, relevância técnica e valor significativo dos itens para a continuidade, segurança e modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Base Administrativa do Quartel-General do Exército (B Adm QGEx):

Item	Motivação Específica (Relevância Técnica e Valor Significativo)	Quantidade Exigida (% e Unidades)	Conformidade Legal
2	Switch 48 portas: Componente de rede de alto valor e essencial para a ampliação e substituição de dispositivos obsoletos, garantindo a interoperabilidade e a integração dos sistemas de comunicação de dados. Seu valor (R\$ 375.400,00) é significativo (14,26% do total) e quantidade (22 unidades).	10% (2 unidades).	O percentual exigido (10%) está muito abaixo do limite máximo legal de 50% (Art. 67, § 2º).
7	Servidor: Item de altíssima relevância técnica e valor (R\$ 407.168,27- 14,51% do total) e quantidade (8 unidades). É o núcleo de processamento e armazenamento, crucial para o suporte à virtualização, segurança dos dados (RAID, firmware seguro) e continuidade dos serviços de TIC da instituição.	20% (2 unidades).	O percentual exigido (25%) respeita o limite máximo legal de 50% (Art. 67, § 2º).

10.36.5. Em suma, todos os itens selecionados são classificados como parcelas de valor significativo (Art. 67, § 1º) e/ou possuem alta relevância técnica, o que justifica a exigência de qualificação técnica nos percentuais estabelecidos, os quais respeitam o limite máximo de 50% previsto no Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.36.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.36.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.36.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos Arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.37.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

10.38. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 885.610,22 (oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dez reais e vinte e dois centavos), conforme Relatório de Pesquisa de Preço nº 21/2026 em anexo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE GUSTAVO SOUSA PERES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:06:59.

JONATAS DOS SANTOS RODRIGUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:19:58.

LEONARDO LOPES SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:40:49.

NILTON FABIANO VELOZO LINS

Autoridade máxima da área de TIC



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 18:27:29.

BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX

Estudo Técnico Preliminar 41/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 65304.001995/2025-13

2. Descrição da necessidade

2.1. No contexto da Base Administrativa do Quartel General do Exército, a aquisição de materiais permanentes de Tecnologia da Informação (TI) reveste-se de grande importância estratégica, pois visa não apenas assegurar a manutenção, expansão e atualização da infraestrutura tecnológica, mas também garantir que ela seja compatível com as necessidades crescentes e dinâmicas da instituição. Esta ação está fundamentada em diversos aspectos técnicos, operacionais e institucionais, como os seguintes:

2.1.1. Necessidade de manter a infraestrutura atualizada: A área de TI é dinâmica e sujeita a constantes inovações tecnológicas. Para que a B Adm QGEx possa manter um alto nível de eficiência na gestão administrativa e nas operações diárias, é imperativo que os sistemas de TI estejam sempre atualizados e compatíveis com as novas exigências. A aquisição de novos materiais e a atualização da infraestrutura permitem que a instituição evite o uso de tecnologias obsoletas, o que pode resultar em falhas operacionais, riscos à segurança da informação e menor performance nos processos administrativos e operacionais;

2.1.2. Apoio à modernização dos processos internos: A infraestrutura de TI está diretamente relacionada à automação de processos e à melhoria da gestão de dados e informações, áreas essenciais para a B Adm QGEx. A ampliação e modernização dos sistemas de TI, com a aquisição de materiais permanentes adequados, garantem que as operações internas da instituição sejam mais ágeis, seguras e eficazes. Isso resulta em economia de tempo e redução de custos operacionais, além de permitir o melhor aproveitamento das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, big data, e análise preditiva para melhorar a tomada de decisões;

2.1.3. Garantia de compatibilidade e integração dos sistemas: A compatibilidade entre os sistemas e as tecnologias adotadas pela B Adm QGEx é essencial para garantir que as diversas áreas e unidades da instituição operem de forma integrada e sem contratempos. A aquisição de materiais tecnológicos adequados, como servidores, computadores, redes e equipamentos de armazenamento, assegura que todos os componentes da infraestrutura trabalhem de forma harmônica, evitando problemas de interoperabilidade entre sistemas e melhorando a comunicação entre as diversas áreas;

2.1.4. Segurança da informação: Um dos maiores desafios da atualidade é garantir a segurança cibernética. A B Adm QGEx, ao investir em novos materiais de TI, também está se garantindo contra ameaças cibernéticas, como vazamentos de dados, ataques hackers e outros riscos relacionados à tecnologia. Materiais como firewalls, sistemas de criptografia e antivírus atualizados são fundamentais para proteger a integridade e confidencialidade dos dados administrativos e operacionais da instituição, cumprindo, ainda, com as exigências legais e normativas relacionadas à segurança de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2.1.5. Atendimento às necessidades de crescimento: A B Adm QGEx deve acompanhar a expansão e o crescimento da demanda por seus serviços e operações. À medida que a instituição amplia suas atividades, o volume de dados, informações e transações aumenta. A aquisição de materiais permanentes de TI é um investimento estratégico que visa não apenas suportar o crescimento atual, mas também garantir a flexibilidade e escalabilidade da infraestrutura para que a instituição possa se adaptar a novos desafios e necessidades no futuro, sem comprometer a qualidade do serviço prestado; e

2.1.6. Contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços prestados: A modernização e adequação da infraestrutura de TI não apenas beneficiam os processos internos da B Adm QGEx, mas também têm um impacto direto na qualidade dos serviços prestados ao público. Com sistemas mais rápidos, seguros e eficazes, a instituição consegue atender melhor aos seus usuários, minimizando falhas nos serviços e otimizando a comunicação entre as áreas internas e os cidadãos ou outras instituições.

2.2. O processo de aquisição proposto se enquadra como contratação de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), conforme estabelecido na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022. O art. 2º, inciso VII da referida Instrução Normativa define solução de TIC como o "conjunto de bens e /ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas" em seu Anexo II. A alínea "a" do subitem 1.1 do Anexo II prevê a aquisição de materiais e equipamentos de TIC como contratação de TIC, especificando, na alínea "a", que são considerados recursos de TIC "equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação", como exemplificado por desktops, notebooks, entre outros.

2.3. Este processo visa atender à necessidade de renovação dos equipamentos de rede e conectividade, equipamentos de energia e proteção, parque computacional, ferramentas e equipamentos para manutenção, equipamentos de impressão térmica, equipamentos de videoconferência e televisores. O objetivo é garantir que todos esses recursos estejam alinhados às exigências operacionais da Base Administrativa do Quartel-General do Exército (B Adm QGEx), promovendo maior eficiência e desempenho em todas as suas operações.

2.4. **Motivação e justificativa:**

2.4.1. A Base Administrativa do Quartel General do Exército (B Adm QGEx) é responsável pela gestão das áreas comuns de todo o QGEx, e para cumprir suas atividades administrativas de forma satisfatória, necessita do suporte contínuo da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI). A DTI busca, constantemente, a melhoria da gestão dos recursos de Tecnologia da Informação, alinhando suas ações ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em conformidade com as Diretrizes da Estratégia Federal de Governo Digital. Esse alinhamento garante que a infraestrutura de TI atenda às necessidades operacionais e estratégicas da Base Administrativa.

2.4.2. A Divisão de Tecnologia da Informação, portanto, visa fortalecer e ampliar o suporte tecnológico e informacional da Organização, além de manter, expandir e aprimorar a infraestrutura de TI. Isso inclui o aumento da eficiência da estrutura de comunicações (dados, voz e vídeo) e a garantia da manutenção e aprimoramento dos sistemas de segurança da B Adm QGEx. Tais objetivos estão diretamente vinculados aos Objetivos Estratégicos 10, 06, 07 e 08 do PDTI, respectivamente, que buscam otimizar os recursos de TI, garantindo maior segurança e conectividade, alinhando-se às metas de digitalização e modernização da administração pública.

2.4.3. Considerando a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especialmente o disposto em seu Anexo II, que define os critérios para caracterização de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), justifica-se a exclusão de determinados itens do presente Documento de Formalização da Demanda por não se enquadrarem nas categorias estabelecidas para soluções de TIC. Os itens excluídos não apresentam natureza tecnológica vinculada diretamente à infraestrutura de processamento, armazenamento, transmissão ou segurança de informações digitais. Tampouco se referem a equipamentos ou serviços destinados à gestão de ambientes computacionais, redes de comunicação de dados, sistemas de informação ou suporte técnico especializado em TIC. Em sua maioria, tratam-se de equipamentos de uso administrativo geral, mobiliário, materiais de escritório, periféricos de baixo valor tecnológico agregado, itens audiovisuais de uso recreativo ou didático, e ferramentas manuais, os quais não possuem vínculo direto com as definições de bens de TIC previstas na normativa vigente. A adoção desse critério visa evitar a indevida contabilização de itens como despesa de TIC, em estrita conformidade com a política nacional de governança digital e os instrumentos normativos que regulam o planejamento, aquisição e controle de bens e serviços tecnológicos na Administração Pública. Assim, garante-se a correta classificação orçamentária e patrimonial, bem como o alinhamento aos princípios da eficiência, legalidade e transparência.

2.5. A aquisição de materiais permanentes de TI pela B Adm QGEx é, portanto, uma ação estratégica fundamental para garantir a continuidade, eficiência, segurança e qualidade das operações da instituição. Ao investir na manutenção, expansão, atualização e compatibilidade da infraestrutura tecnológica, a B Adm QGEx não apenas acompanha as inovações tecnológicas, mas também fortalece a sua capacidade de atender com excelência às necessidades administrativas e operacionais, além de atender à demanda por maior segurança e sustentabilidade na gestão de dados e serviços.

2.6. O objeto da presente contratação não se enquadra nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, uma vez que não se trata de desenvolvimento de software de uso disseminado, tampouco de solução sujeita a condições padronizadas publicadas pelo órgão central do SISP. O objeto consiste na aquisição de bens permanentes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de natureza padronizada e de mercado, cuja especificação técnica visa apenas atender às necessidades operacionais da Unidade, sem contrariar as restrições impostas pela referida normativa. Assim, a contratação está regularmente enquadrada no escopo permitido pela IN SGD/ME nº 94/2022, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021

3. **Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Tecnologia da Informação	José Gustavo Sousa Peres

4. **Necessidades de Negócio**

4.1. O objetivo principal é proporcionar uma solução integrada que viabilize a instalação, manutenção e aprimoramento contínuo dos recursos tecnológicos, garantindo que a infraestrutura de TI esteja sempre atualizada, segura e eficiente, de modo a suportar de maneira eficaz as operações da instituição. Isso inclui melhorias na infraestrutura de rede e conectividade, assegurando uma comunicação rápida e confiável entre as diversas áreas da organização.

4.2. Outro ponto essencial é o investimento em uma infraestrutura computacional robusta, com a aquisição de computadores modernos e adequados às necessidades da instituição, promovendo maior desempenho e eficiência. Complementarmente, serão adquiridos materiais para manutenção e reparo de hardware e circuitos eletrônicos, assegurando a disponibilidade e funcionalidade contínua dos equipamentos. No que tange às necessidades de

comunicação, destacam-se a aquisição de materiais para impressão térmica, essenciais para a gestão de documentos e registros, e o fornecimento de equipamentos para videoconferência, otimizando as comunicações internas e externas, melhorando a interação entre os colaboradores e com as partes interessadas.

4.3. A solução proposta será essencial para atender às necessidades dos militares da B Adm QGEx, aprimorando significativamente a eficiência das atividades administrativas, operacionais e logísticas da Organização Militar. Dessa forma, a B Adm QGEx estará melhor preparada para responder às suas diversas demandas com agilidade e precisão, garantindo a excelência nos serviços prestados tanto à sociedade quanto à própria organização.

4.4. A definição das necessidades de negócio visa especificar o que a solução deve prover, independentemente da tecnologia utilizada ou dos padrões tecnológicos institucionais. Dessa forma, o foco está em atender as demandas estratégicas e operacionais, garantindo a melhor escolha em termos de custo-benefício e alinhamento às diretrizes legais.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A Base Administrativa do QGEx possui uma infraestrutura tecnológica estratégica que suporta uma ampla gama de atividades administrativas, operacionais e logísticas. A aquisição de materiais tecnológicos, como equipamentos de computação, redes de dados e infraestrutura de TI, desempenha um papel crucial na manutenção e aprimoramento da capacidade operacional da Base e do Quartel General do Exército (QGEx), bem como nas Organizações Militares (OMs) vinculadas administrativamente. Essas necessidades estão diretamente relacionadas à renovação, manutenção e ampliação do parque computacional e da estrutura de rede de computadores da instituição, garantindo o cumprimento das metas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). As principais necessidades tecnológicas da B Adm QGEx incluem:

5.2. Renovação, Manutenção e Ampliação do Parque Computacional

5.2.1. A renovação do parque computacional é uma necessidade constante para garantir que a B Adm QGEx e suas unidades administrativas mantenham um nível adequado de desempenho, eficiência e segurança no uso da tecnologia. Com o avanço constante, a obsolescência de equipamentos de TI ocorre rapidamente, impactando a capacidade de execução de *softwares* e sistemas modernos. A atualização é essencial para que a instituição possa operar com sistemas que ofereçam maior capacidade de processamento de dados e proteção contra vulnerabilidades. A manutenção contínua e a gestão do ciclo de vida desses recursos são igualmente importantes, pois permitem que os sistemas funcionem de forma eficiente, minimizando o risco de falhas, aumentando a disponibilidade dos recursos computacionais e, conseqüentemente, a economicidade da solução de TIC.

5.2.2. Além disso, a ampliação do parque computacional é necessária para acompanhar o crescimento das demandas de dados e processamento exigidos pelas atividades administrativas, operacionais e logísticas da B Adm QGEx, conforme mapeado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Essa ampliação envolve a aquisição de novos servidores, computadores de alta performance (Microcomputador Avançado) e dispositivos de rede, e deve garantir a capacidade de suporte para o aumento da carga de trabalho e a utilização de sistemas mais complexos. É fundamental que a ampliação também considere requisitos de sustentabilidade, priorizando soluções com maior eficiência na utilização de recursos energéticos e que sejam compatíveis com a arquitetura tecnológica e os padrões já adotados pela Administração, garantindo assim a eficácia e a longevidade do investimento.

5.3. Estrutura de Rede de Computadores

5.3.1. A infraestrutura de rede de computadores é outro componente fundamental para garantir a comunicação eficiente e o fluxo de informações seguro e rápido dentro da B Adm QGEx e suas unidades vinculadas. A rede de computadores deve ser robusta, com capacidade de expansão, e capaz de suportar novos serviços e sistemas que atendam às necessidades da instituição, como plataformas de gestão, sistemas de comunicação interna e serviços de videoconferência. A manutenção e ampliação da estrutura de rede devem garantir que todos os usuários da rede, sejam internos ou das OM participantes, tenham acesso contínuo a uma infraestrutura segura e eficiente, capaz de atender às demandas crescentes de tráfego de dados.

5.3.2. Além disso, é fundamental garantir que a infraestrutura de rede seja escalável, ou seja, que tenha a capacidade de ser ampliada de forma eficiente à medida que a instituição se expande ou suas necessidades tecnológicas se alteram. Para isso, a aquisição de equipamentos de rede, como roteadores, switches, firewalls e sistemas de monitoramento é essencial para garantir que a infraestrutura de comunicação seja segura, confiável e de alto desempenho.

5.4. Cumprimento das Metas do PDTIC

5.4.1. O PDTIC é o plano estratégico que visa alinhar a tecnologia da informação com as necessidades da B Adm QGEx e de suas OMs participantes, estabelecendo metas claras para o uso de TI. As metas definidas no PDTIC envolvem a transformação digital da instituição, com o objetivo de melhorar a eficiência dos processos administrativos, otimizar a gestão de recursos e garantir a segurança da informação. A aquisição de materiais tecnológicos visa, portanto, atender a essas metas, como a ampliação do uso de soluções de TI para melhoria da gestão, controle de processos operacionais, e suporte à execução de atividades logísticas.

5.4.2. Ao renovar e manter o parque computacional e a estrutura de rede de computadores, a B Adm QGEx não apenas aprimora sua infraestrutura tecnológica, mas também contribui para a execução bem-sucedida das metas do PDTIC, alinhando a tecnologia com os objetivos estratégicos da instituição e atendendo às exigências operacionais de todas as unidades vinculadas.

5.5. Integração e Suporte às Atividades Administrativas, Operacionais e Logísticas

5.5.1. A aquisição e manutenção dos recursos tecnológicos também desempenham um papel essencial no suporte e apoio às atividades administrativas, operacionais e logísticas da B Adm QGEx. A infraestrutura de TIC deve ser capaz de suportar o gerenciamento de informações, facilitar a comunicação interna e externa, e garantir a agilidade e a eficiência dos processos. Isso inclui a integração de sistemas, a automatização de processos e o acesso remoto a informações cruciais para a tomada de decisões. A infraestrutura de TI deve, portanto, ser projetada para atender a essas múltiplas demandas, contribuindo para a melhoria contínua das operações do QGEx e das OMs participantes.

5.6. A aquisição de materiais tecnológicos para a renovação, manutenção e ampliação da infraestrutura de TI da B Adm QGEx é uma ação estratégica necessária para garantir que a instituição esteja adequadamente preparada para enfrentar os desafios tecnológicos e operacionais do futuro. Ao investir na melhoria contínua do parque computacional e da estrutura de rede de computadores, a B Adm QGEx não apenas assegura a continuidade e eficiência de suas operações, mas também alinha suas ações com as metas estabelecidas no PDTIC, contribuindo para o fortalecimento da gestão institucional e a otimização dos processos operacionais e administrativos.

5.7. Conforme o inciso I, do art. 11, da IN SGD/ME nº 1, de 2019, a presente contratação tem como objetivo atender às necessidades tecnológicas da B Adm QGEx, garantindo que os padrões, metodologias e processos definidos sejam compatíveis com as melhores práticas institucionais e promovam a segurança da informação, o desempenho adequado e a eficiência operacional da organização.

5.8. Infraestrutura Computacional

5.8.1. Para atender ao crescimento constante das responsabilidades da B Adm QGEx, ao aumento do efetivo e às exigências cada vez maiores em termos de segurança da informação, torna-se essencial a modernização e adequação da infraestrutura tecnológica. A aquisição dos seguintes grupos de equipamentos visa garantir alta disponibilidade, desempenho eficiente e proteção de dados, assegurando que a organização esteja preparada para enfrentar os desafios operacionais e estratégicos atuais e futuros.

a) Equipamentos de Rede e Comunicação: Fundamentais para a estabilidade da conectividade, garantindo comunicação segura e eficiente entre setores, além de viabilizar o uso de protocolos modernos de proteção de dados e transmissão de informações críticas.

b) Computadores e Periféricos: Componentes essenciais para o processamento de informações e suporte operacional, proporcionando maior capacidade de execução de tarefas administrativas e técnicas, alinhadas à demanda crescente da organização.

c) Impressora Térmica: Equipamento voltado para as atividades da Biblioteca do QGEx, permitindo maior organização e eficiência na gestão documental, contribuindo para a padronização dos processos de impressão e catalogação.

d) Equipamentos de Videoconferência: Infraestrutura essencial para equipar a sala de reuniões da Biblioteca, garantindo suporte a comunicações estratégicas e permitindo integração com ambientes remotos, otimizando a troca de informações e decisões operacionais.

5.9. Conformidade e Segurança:

5.9.1. A presente estrutura tecnológica é resultado de estudos contínuos e adequações realizadas ao longo dos anos pela equipe técnica da DTI por meio de análises de gestão, planejamento estratégico e evolução das necessidades institucionais. As decisões tomadas refletem o compromisso da organização em garantir infraestrutura moderna, segura e eficiente, promovendo melhoria contínua na execução das atividades administrativas e operacionais.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. A escolha da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deve contemplar requisitos fundamentais para garantir o atendimento à necessidade de negócio, bem como assegurar a economicidade da contratação. Para isso, os requisitos foram organizados em Funcionais e Não Funcionais, abrangendo os diferentes grupos de materiais essenciais ao funcionamento da infraestrutura de TIC.

6.1.1. Requisitos Internos Funcionais:

6.1.1.1. Equipamentos de Rede e Comunicação

- Garantia de conectividade estável e segura entre setores da organização.
- Suporte a protocolos de segurança modernos para proteção de dados sensíveis.
- Capacidade de transmissão eficiente de informações críticas, atendendo aos requisitos de desempenho operacional.

6.1.1.2. Computadores e Periféricos

- Alta capacidade de processamento para suportar atividades administrativas e técnicas da organização.
- Compatibilidade com softwares institucionais, garantindo integração e eficiência operacional.

6.1.1.3. Impressora Térmica

- Padronização dos processos de impressão e catalogação, conforme requisitos da Biblioteca do QGEx.
- Eficiência na gestão documental, garantindo maior organização na emissão e controle de materiais impressos.

6.1.1.4. Equipamentos de Videoconferência

- Integração com plataformas de comunicação remota, permitindo reuniões estratégicas e tomadas de decisão eficientes.
- Garantia de qualidade de áudio e vídeo, essencial para conferências institucionais.

6.1.2. Requisitos Internos Não Funcionais:

- a) Disponibilidade: Equipamentos devem garantir operacionalidade contínua, sem falhas que comprometam a produtividade.
- b) Usabilidade: Interfaces devem ser intuitivas, permitindo fácil acesso e configuração por usuários.
- c) Acessibilidade: Soluções devem seguir normas de acessibilidade para atender a requisitos institucionais.
- d) Integridade: Garantia de proteção contra perda de dados ou comprometimento da infraestrutura tecnológica.
- e) Segurança: Equipamentos devem estar alinhados com padrões modernos de segurança cibernética, impedindo acessos não autorizados.
- f) Conformidade: Atendimento a padrões internos da organização, garantindo compatibilidade com protocolos institucionais.

6.2. A Base Administrativa do Quartel General do Exército (B Adm QGEx) tem como premissa a eficiência e a agilidade na aquisição de materiais permanentes e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), essenciais para a continuidade e otimização das operações administrativas, operacionais e logísticas. Para atender às necessidades da instituição, a escolha da solução de TIC se baseia na modalidade de pregão eletrônico, com registro de preços, permitindo um processo de aquisição transparente, competitivo e eficaz, que atenda às especificações e metas da B Adm QGEx. A seguir, detalham-se os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

6.2.1. A descrição da solução contempla a realização de um processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, com registro de preços, destinado à aquisição de materiais permanentes de TIC. Esta modalidade foi escolhida por sua eficácia em garantir transparência e competitividade durante o processo de compra, além de proporcionar uma maior flexibilidade para a contratação futura, uma vez que as empresas vencedoras poderão ser acionadas conforme a demanda para fornecer os itens.

6.2.2. A utilização do pregão eletrônico também assegura que as aquisições sejam feitas de forma ágil e segura, permitindo a participação de um número maior de fornecedores e, conseqüentemente, uma maior disputa de preços. Além disso, o registro de preços possibilita que a B Adm QGEx faça contratações sucessivas de acordo com a necessidade, dentro do período de vigência da ata, garantindo que os itens de TIC sejam adquiridos de maneira contínua, sem comprometer a qualidade ou a eficiência dos processos administrativos e operacionais da instituição. Ao adotar essa modalidade, a B Adm QGEx também está alinhada com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), garantindo que a contratação seja realizada de forma justa, eficiente e em conformidade com as normas legais, favorecendo a qualidade do serviço e preço justo para a administração pública.

6.2.3. Os materiais a serem adquiridos, bem como as quantidades especificadas, estão de acordo com a estimativa de contratação descrita neste instrumento. Essas especificações foram cuidadosamente determinadas com base nas necessidades tecnológicas atuais da B Adm QGEx, considerando o crescimento da demanda por serviços de TIC e as previsões de uso dos itens adquiridos. Ao especificar as quantidades e os tipos de materiais, a licitação garante que os itens a serem fornecidos sejam adequados às necessidades da instituição, sem ultrapassar as necessidades orçamentárias ou gerar excesso de estoque.

6.2.4. A objetividade da contratação será preservada, já que todos os itens descritos na licitação atendem a critérios técnicos, operacionais e financeiros que garantem a viabilidade da solução proposta. Isso inclui a consideração de fatores como a durabilidade dos materiais, a compatibilidade com os sistemas existentes e a capacidade de suporte das soluções de TIC. As aquisições serão realizadas de forma a garantir a eficiência, a segurança e a sustentabilidade das operações da B Adm QGEx, atendendo às metas do PDTIC e alinhando-se com as diretrizes de inovação tecnológica e gestão pública eficiente. Além disso, a escolha dos fornecedores será feita com base em critérios claros e transparentes, que considerem a qualidade dos materiais, a experiência das empresas e a capacidade técnica para atender às exigências da instituição, assegurando que os itens adquiridos não apenas atendam aos requisitos técnicos, mas também ofereçam a melhor relação custo-benefício.

6.3. A contratada deverá:

- 6.3.1. Executar o fornecimento conforme a demanda solicitada e especificações no Termo de Referência e de sua proposta, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer materiais, na qualidade equivalente ou superior ao descrito das especificações de cada item;
- 6.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais /equipamentos que se verificarem vícios, defeitos incorreções resultantes de falha no processo de fabricação do produto que estejam dentro da garantia exigida no edital;
- 6.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à

entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.3.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

6.3.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.3.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.3.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

6.3.4.4. Certidão de Regularidade do

FGTS – CRF; e

6.3.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

6.3.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.3.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

6.3.7. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

6.3.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.3.9. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

6.3.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, fretes, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

6.3.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

6.3.14. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

6.4. Os requisitos externos são aqueles gerados fora da organização e decorrem de demandas legais, regulatórias e de padronização estabelecidas pelo Governo Federal. A observância dessas diretrizes é essencial para garantir a conformidade, transparência e eficiência na contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), prevenindo riscos jurídicos e assegurando a economicidade na gestão pública.

6.4.1. Legislação Aplicável à Contratação de TIC: A Lei nº 14.133/2021 rege os processos de licitação e contratação de TIC no setor público, proporcionando maior eficiência, transparência e competitividade. No contexto da aquisição de materiais e serviços de TIC, a lei assegura que o processo seja realizado de forma pública e aberta, oferecendo a possibilidade de uma seleção eficiente e justa de fornecedores. Essa legislação aplica-se à contratação de softwares, hardware, serviços de manutenção, e outras soluções tecnológicas, e detalha modalidades como o pregão eletrônico, que é amplamente utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns de TIC. Além disso, a Lei nº 13.303/2016 garante que as empresas estatais, ao adquirirem TIC, sigam práticas de governança corporativa que assegurem a integridade e a eficiência administrativa, sendo de fundamental importância para a contratação de soluções tecnológicas nas empresas públicas. A Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) também é aplicável, pois impõe a adoção de medidas de compliance e integridade nos contratos de TIC, assegurando que as contratações sejam feitas de maneira ética, sem práticas corruptas, especialmente nas áreas de segurança da informação e proteção de dados.

6.4.2. Normas de Segurança e Proteção de Dados nas Aquisições de TIC: No que se refere à contratação de soluções de TIC, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) regula a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais durante a utilização de tecnologias adquiridas, exigindo que fornecedores de sistemas de gestão, aplicativos ou plataformas digitais sigam rigorosos critérios de segurança. Ao contratar TIC, o órgão público deve garantir que as soluções contratadas estejam em conformidade com a LGPD, principalmente se envolverem o tratamento de dados sensíveis ou pessoais, o que inclui a aquisição de software de gestão de dados ou sistemas de CRM. Além disso, as normas do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) aplicam-se às infraestruturas digitais adquiridas, como servidores, roteadores e dispositivos de segurança cibernética, com o objetivo de proteger a infraestrutura tecnológica de acessos não autorizados e garantir a segurança cibernética das redes utilizadas pelo setor público.

6.4.3. Padronizações Técnicas e Operacionais nas Aquisições de TIC: O Manual do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação) estabelece diretrizes detalhadas para a gestão de TIC no setor público, que influenciam diretamente a aquisição de sistemas, software e hardware. O manual orienta como as instituições públicas devem planejar e contratar as soluções de TIC, com foco na eficiência e controle estratégico dos recursos tecnológicos. As normas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), por sua vez, são essenciais nas contratações de soluções de certificação digital e assinatura eletrônica, fundamentais para garantir a autenticidade e segurança de documentos digitais e transações públicas. Essas normas são aplicáveis em contratos de TIC que envolvem assinaturas eletrônicas e certificados digitais utilizados para validar contratos administrativos ou transações governamentais. Além disso, as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) fornecem padrões técnicos essenciais para a compatibilidade e qualidade dos equipamentos de TIC adquiridos, como servidores, computadores e periféricos, que devem atender aos requisitos de funcionalidade, compatibilidade e acessibilidade.

6.4.4. Requisitos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social nas Aquisições de TIC: A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 /2010) tem implicações diretas nas aquisições de TIC, especialmente na gestão de equipamentos obsoletos como computadores, monitores e servidores. O órgão público, ao contratar materiais de TIC, deve seguir as diretrizes de descarte responsável e reciclagem desses equipamentos, evitando o impacto ambiental. No contexto de TIC, as normas de sustentabilidade digital incentivam a aquisição de equipamentos de baixo consumo energético, promovendo eficiência ecológica nas compras públicas de tecnologia. Ao contratar novos servidores, computadores e dispositivos de rede, deve-se priorizar aqueles que tenham baixo consumo de energia, reduzindo a pegada de carbono das operações da administração pública.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Nos termos do inciso I do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, a estimativa da demanda foi elaborada a partir do levantamento das necessidades atuais e futuras da unidade, incluindo a ampliação de serviços, a substituição de equipamentos obsoletos ou inoperantes, a padronização de soluções tecnológicas e a criação da Divisão de Pagamento, responsável por centralizar o processamento de pagamento de pessoal na Base Administrativa do QGEx. O método adotado baseou-se em levantamento de campo, avaliação de inventário atual, análise de obsolescência e planejamento de expansão da infraestrutura tecnológica. A estimativa apresentada visa assegurar a suficiência e a continuidade das operações da B Adm QGEx, observando critérios de eficiência, economicidade, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica. As quantidades foram validadas por equipe técnica responsável pela infraestrutura de TI.

Ordem	Item	Quantidade	Memorial de cálculo
1	Switch 24 portas	10	As 10 unidades foram dimensionadas para atender dois setores administrativos estratégicos (DTI e Divisão de Segurança), que possuem até 20 terminais de rede cada. O quantitativo de 10 unidades permite não apenas a substituição e expansão desses setores, mas também assegura a redundância e o crescimento da infraestrutura de rede, suportando aproximadamente 200 terminais (10 switches x 20 terminais) distribuídos em áreas de média densidade.
2	Switch 48 portas	24	A demanda por 24 unidades é a de maior volume, sendo crucial para a substituição e ampliação da rede cabeada na Base Administrativa (B Adm QGEx). O cálculo é feito a partir da base de 292 estações de trabalho (essa quantidade está evoluindo rapidamente com a criação e unificação de Divisões), exigindo 20 Switches para a DTI e 4 Switches para a Divisão de Segurança. O dimensionamento considera o alto volume de usuários e a necessidade de manter a proporção técnica de portas/usuário para evitar a saturação da rede central, sendo vital para a modernização.
3	Switch Rede Metro como VLAN	10	O dimensionamento é justificado pela alta demanda de interconexão de redes virtuais (VLAN) dentro da Divisão de Segurança. O quantitativo de 10 unidades é necessário para segregar o tráfego de dados críticos e aumentar a segurança lógica da rede, permitindo a gestão eficiente de diferentes classes de serviço.
4	Access Point	10	As 10 unidades são para a ampliação da cobertura Wi-Fi, especificamente em duas áreas que atualmente apresentam sinal insuficiente (Subsolo e Teatro Pedro Calmon). O cálculo se baseia no levantamento de campo (análise de <i>heat map</i> de sinal) e visa corrigir as zonas de sombra, garantindo a conectividade móvel para todas as atividades institucionais.
5	Roteador Wireless	10	O dimensionamento visa atender ambientes sem cabeamento estruturado. O quantitativo de 10 unidades será utilizado em locais onde a implantação de cabeamento não é viável ou econômica, garantindo que o efetivo da B Adm QGEx não tenha o trabalho administrativo paralisado pela ausência de conectividade.
6	Servidor	10	O cálculo é baseado na necessidade de ampliação da infraestrutura de serviços (8 unidades) e na substituição de 2 servidores obsoletos. O total de 10 unidades é vital para suportar a expansão da capacidade de armazenamento e processamento, especialmente com a unificação da Divisão de Pagamento, que centralizará o processamento de pessoal. Garante a modernização e a alta disponibilidade dos serviços críticos.
7	Impressora térmica de cupom	2	O quantitativo é estritamente ligado às necessidades exclusivas da Biblioteca. As 2 unidades são necessárias para a emissão de comprovantes de empréstimo e devolução, sendo indispensável para a manutenção do controle de acervo e atendimento ao público.

8	Equipamento de videoconferência	2	As 2 unidades são destinadas à instalação na sala de reuniões principal para uso institucional. O cálculo atende à necessidade de modernizar os meios de comunicação com outras Organizações Militares e órgãos externos, garantindo a eficiência nas tomadas de decisão e otimizando a participação de colaboradores de outras localidades.
---	---------------------------------	---	--

7.2. Da Eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços.

7.2.1. A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, pode incluir a renovação dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços, desde que tal previsão tenha sido feita na fase de planejamento (ETP, TR e edital) e explicitada no ato convocatório, conforme orienta o Enunciado nº 42 do CJF. Ainda, o PARECER n. 00471/2024/CONJUR-EB/CGU /AGU reforça o mesmo tema. Neste sentido, o presente pregão, por ocasião do início do segundo ano de vigência da ata de registro de preços, terá, em sua(s) ata(s), o quantitativo empenhado de todos os itens renovado (“zerado”).

7.2.3. Para a eventual prorrogação da ARP deverá ser considerado em consonância com o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, o que segue:

- a) seja comprovado o preço vantajoso, a Administração deverá realizar diligências complementares (pesquisa de preço) para a comprovação da vantajosidade;
- b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;
- d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência;
- e) haja manifestação da empresa homologada afirmando que tenha interesse na renovação dos quantitativos por mais 12 meses;
- f) se for o caso, definição sobre reajuste sobre o valor homologado baseado no índice do IPCA;

7.2.4. Tal conduta gerará a necessária sobrevida ao processo de aquisição/contratação, trazendo maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica a esta Organização Militar ao otimizar o trabalho dos gestores, ensejando a economia processual e assegurando maior eficiência no uso dos recursos públicos e alinhamento com as inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021. Isto trará grandes benefícios para esta OM com a otimização e racionalização dos trabalhos através da inteligência processual trazido pelo Decreto nº 11.462/2023 o qual regulamentou o SRP que está previsto na Lei nº 14.133/21, Seção V, artigos 82 a 86

7.3. Definição da Quantidade Mínima e Máxima:

7.3.1. A estimativa de demanda consolidada na Tabela 7.1 representa a Quantidade Máxima que a Administração poderá adquirir ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), sendo este o limite superior anual da necessidade levantada no planejamento, conforme os critérios de substituição gradual, ampliação de serviços e reserva técnica. A definição desta quantidade máxima é crucial para atender integralmente ao efetivo das 27 seções e mais de 400 militares, assegurando a continuidade do trabalho administrativo e técnico da B Adm QGEx, sem prejuízo da modernização da infraestrutura. Adicionalmente, caso a ARP seja prorrogada, este quantitativo de 100% será renovado no início do segundo ano de vigência, conforme previsto no planejamento e nas orientações do PARECER n. 00471/2024/CONJUR-EB/CGU /AGU, o que otimiza o uso dos recursos públicos e gera maior eficiência processual.

7.3.2. Por sua vez, a Quantidade Mínima será definida em uma fase posterior, no Termo de Referência (TR), para cada item. Esta quantidade representará o compromisso de compra assegurado pela Administração, servindo como um requisito de atratividade para a licitação, e será dimensionada em um percentual (tipicamente entre 50% e 70% da máxima) que garanta a cobertura das substituições mais críticas e a implantação das soluções de rede e processamento consideradas essenciais para o início imediato da execução contratual. A explicitação das quantidades máxima e mínima no TR é fundamental para que os licitantes possam elaborar propostas de preço vantajosas, garantindo a seleção da proposta mais benéfica e a obtenção de propostas no pregão.

8. Levantamento de soluções

8.1. A análise de soluções possíveis segue o prescrito na PORTARIA SGD/MGI Nº 2.715, DE 21 DE JUNHO DE 2023.

8.1.1 Solução 1 – Aquisição de Material Permanente de Informática:

8.1.1.1 A aquisição de material permanente de informática tem como objetivo garantir a manutenção da eficiência e a operacionalidade contínua das diversas frentes de serviços sob a responsabilidade da Base Administrativa do Quartel General do Exército (B Adm QGEx). A atualização constante da infraestrutura tecnológica é fundamental para assegurar que a instituição atenda com agilidade e segurança às suas demandas administrativas e operacionais.

8.1.1.2 Garantir que todos os setores da B Adm QGEx possuam equipamentos modernos, confiáveis e compatíveis com as necessidades diárias de trabalho, tanto em termos de processamento de dados quanto de conectividade e segurança da informação. A escolha por material de informática permanente busca, assim, otimizar a performance e a eficiência das operações, permitindo que os servidores e colaboradores desempenhem suas funções de maneira rápida e sem interrupções.

8.1.1.3 O fornecedor será selecionado por meio de Ata de Registro de Preços, o que possibilitará a aquisição dos materiais de forma mais flexível e rápida, garantindo a continuidade dos serviços e permitindo compras em função da demanda de reposição ou expansão. A adoção dessa modalidade visa otimizar o processo licitatório, com redução de custos operacionais e melhoria no tempo de resposta da contratação.

8.1.1.4 A ata de registro de preços é a melhor alternativa para a B Adm QGEx, pois além de assegurar preços vantajosos e contratações de longo prazo, proporciona maior eficiência administrativa e redução de custos logísticos, permitindo que a base se beneficie de condições de compra mais favoráveis ao longo de um período preestabelecido.

8.2. Solução 2 – Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação:

8.2.1. A locação de equipamentos de Tecnologia da Informação. Essa solução pode ser especialmente útil para atender a demandas temporárias ou de curto prazo, além de permitir uma flexibilidade maior nas aquisições e na gestão do parque tecnológico da base. A locação oferece vantagens significativas em termos de custos operacionais e atualização tecnológica contínua.

8.2.2. Proporcionar à B Adm QGEx equipamentos de informática modernos e com manutenção inclusa, sem a necessidade de comprometer o orçamento com a compra direta de materiais permanentes. A locação de equipamentos de TI atende a demandas temporárias ou sazonalmente mais altas, garantindo a flexibilidade e a agilidade necessárias para o funcionamento contínuo das operações da base.

8.2.3. A locação seria realizada por meio de um contrato de locação de longo prazo com cláusulas que garantam o fornecimento de equipamentos novos, com manutenção preventiva e atualizações tecnológicas inclusas. Isso permite que a B Adm QGEx tenha acesso contínuo a tecnologias de ponta sem a necessidade de adquirir os equipamentos de forma definitiva, resultando em menor custo inicial e maior capacidade de gestão do orçamento.

8.2.4. A locação de equipamentos pode ser uma alternativa vantajosa, principalmente em cenários de constante evolução tecnológica, onde os equipamentos podem se tornar obsoletos rapidamente. A locação garante que a base tenha sempre equipamentos atualizados e com suporte técnico especializado, sem os custos associados à depreciação e à manutenção de longo prazo.

8.3. Após análise detalhada, não foi identificada outra alternativa viável capaz de atender completamente às necessidades descritas no Documento de Oficialização de Demanda. Isso ocorre devido a características específicas do processo de aquisição que exigem soluções de material permanente de alta qualidade, alinhadas às necessidades operacionais da B Adm QGEx e, que não podem ser atendidas por outras opções de contratação no mercado.

8.4. Após estudo técnico aprofundado realizado por esta área técnica durante a fase de elaboração deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), e em estrita observância à legislação que rege as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), notadamente a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, constatou-se que determinados itens incluídos na demanda não se enquadram na definição de bens de TIC. Embora tais materiais sejam de utilidade para as atividades de manutenção da infraestrutura tecnológica, sua finalidade principal não é o processamento de informações, mas sim o reparo e a montagem de circuitos eletrônicos. Esses materiais serão incluídos em um processo distinto para a aquisição.

8.5. Diante do exposto, e com vistas a garantir a legalidade, a correta instrução processual e a aderência à legislação vigente, justifico a exclusão formal dos itens nos artefatos do processo de aquisição de materiais de TIC que compõem o DFD nº 180/2025.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Em conformidade com o disposto na Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que estabelece diretrizes para a governança e a gestão de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Federal, esta seção apresenta a análise comparativa das possíveis soluções para atendimento à demanda por infraestrutura computacional.

9.2. A análise objetiva identificar, dentre as alternativas disponíveis, aquela que melhor atenda aos requisitos de capacidade, desempenho, escalabilidade, segurança, sustentabilidade e custo-benefício, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e efetividade. Para tanto, foram consideradas soluções com diferentes configurações técnicas, modelos de aquisição (compra direta, locação, serviços em nuvem), bem como a viabilidade de adoção de tecnologias consolidadas no mercado.

9.3. A escolha da solução mais adequada visa assegurar o alinhamento com os objetivos institucionais e com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), bem como com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), garantindo que a aquisição promova a modernização da infraestrutura tecnológica, a continuidade dos serviços e a aderência às boas práticas de governança digital.

9.4. Conforme previsto na PORTARIA SGD/MGI Nº 2.715, de 21 de junho de 2023, a análise da solução proposta vai seguir o previsto no Anexo II.

Soluções/Cenários			
Requisitos		Aquisição	Locação
Negócio	Processos de trabalho	Atende	Atende
	Mobilidade	Atende	Não atende
	Localidade	Atende	Não atende
	Disponibilidade	Atende	Não atende
Tecnológico	Alterações de infraestrutura quanto à capacidade de expansão	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto aos requisitos de comunicação	Atende	Não Atende
	Alterações de infraestrutura quanto à manutenção de armazenamento de informações	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto à garantia de segurança do parque	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto à contingência da solução	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao monitoramento e controle dos hardwares e softwares associados	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao consumo energético	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao espaço físico	Atende	Não atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao condicionamento térmico	Atende	Não atende
	Ergonomia	Atende	Não atende

Resultado da Análise	Viável	Não viável
----------------------	--------	------------

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

- 10.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), conforme as necessidades delineadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhando-se aos requisitos estratégicos e tecnológicos da B Adm QGEx. Após a realização de uma análise comparativa das soluções disponíveis no mercado, optou-se pela não adoção do modelo de locação, considerando os aspectos técnicos, econômicos e operacionais envolvidos.
- 10.2. Assim, justifica-se a decisão técnica pela não adoção do modelo de locação, privilegiando a aquisição direta dos bens como a alternativa mais eficiente, econômica e segura para alcançar os objetivos da presente contratação.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

- 11.1. Não se aplica, considerando que foi identificada apenas uma uma solução viável.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

- 12.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com foco na modernização, **expansão** e continuidade dos serviços digitais e operacionais da B Adm QGEx. A solução contempla equipamentos de rede, processamento, comunicação e suporte técnico, distribuídos conforme as categorias descritas a seguir.
- 12.2. A contratação abrangerá o fornecimento, com garantia mínima legal e suporte técnico, dos seguintes equipamentos:

Item	Descrição/Especificação Técnica
Switch 24 portas	Switch gerenciável com 24 portas Gigabit, suporte a QoS, VLAN, SNMP e gerenciamento por interface gráfica.
Switch 48 portas	Switch Quantidade Portas: 48 UN, Velocidade Porta: 10/100 Mbps , Características Adicionais: Padrão Iee, Com 2 Portas 10/100/1000 Gerenciamento , Aplicação: Transmissão De Dados
Switch Rede Metro como VLAN	Switch com suporte a redes metropolitanas, múltiplas VLANs, suporte a protocolo MPLS e QoS avançado.
Access Point	Equipamento Wireless Padrão: 802.11 A/B/G/N/Ac , Tensão Alimentação: 110/220 V, Aplicação: Conexão Sem Fio De Equipamentos Em Rede , Características Adicionais: Rack 19"; Firewall Integrado, Velocidade: 100/1000 , Quantidade Portas: 8 , Tipo: Controladora De Access Point
Roteador Wireless	Equipamento Wireless Padrão: 802.11 A/B/G/N/Ac , Frequência: 5 - 2,4 GHZ, Aplicação: Conexão Sem Fio De Equipamentos Em Rede
Servidor	Servidor Tipo: Servidor Tipo: Rack , Processadores Físicos: 2 , Núcleos Por Processador: 15 A 20 , Memória Ram: 256 GB, Interface Rede Lan: No Mínimo 8 , Interface Rede San: Sem San , Armazenamento Sata: Com Discos Sata , Armazenamento Sas: Com Discos Sas , Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd , Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug) , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: Superior 48 MESES

Impressora térmica de cupom	Impressora térmica não fiscal, com guilhotina, conexão USB e Ethernet, velocidade mínima de 200 mm/s.
Equipamento de videoconferência	Kit de videoconferência, Capacidade Zoom: 15 X Componentes: Camera PTZ, Hub De Mesa/Tela, Controle Remoto, Microfone: Desempenho total duplex, Função: Câmera Com Foco Automático, Resolução Imagem: 30 Fps, Resolução Vídeo: Full Hd 1080p.

12.3. As especificações técnicas serão mais detalhadas no Termo de Referência.

12.4. Resultado Esperado:

12.4.1. Aumento da disponibilidade e confiabilidade dos serviços de TIC, garantindo a continuidade e a qualidade das operações da B Adm QGEx.

12.4.2. Minimização dos riscos operacionais e falhas decorrentes da obsolescência tecnológica, por meio da atualização e modernização dos equipamentos.

12.4.3. Expansão da capacidade de atendimento digital, proporcionando maior agilidade e eficiência na prestação de serviços à B Adm QGEx.

12.4.4. Incremento na eficiência e produtividade institucional, impulsionados pela adoção de soluções tecnológicas que otimizem os processos administrativos e operacionais.

12.4.5. Assegurar a infraestrutura tecnológica necessária à nova Divisão de Pagamento, em razão do aumento de pessoal e da implantação de novas estações de trabalho.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 885.610,22

13.1. A estimativa de custo da contratação é de R\$ 885.610,22 (oitocentos e oitenta e cinco mil seiscientos e dez reais e vinte e dois centavos).

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Justificativa Técnica da Solução:

14.1.1. Alinhamento com as diretrizes do Planejamento Estratégico do PDTIC da unidade, assegurando conformidade com os objetivos e metas estabelecidos.

14.1.2. Levantamento detalhado das necessidades reais de cada setor demandante, garantindo a adequação da solução às demandas específicas.

14.1.3. Avaliação da compatibilidade da solução proposta com o ambiente tecnológico existente, visando a integração eficiente com as infraestruturas já em operação.

14.1.4. Escolha de soluções que atendem aos princípios de governança digital, promovendo interoperabilidade, sustentabilidade e eficiência na aplicação do gasto público.

14.1.5. Suporte à crescente demanda por conectividade e serviços digitais internos, assegurando a capacidade de atender aos desafios tecnológicos futuros.

14.1.6. Substituição de equipamentos obsoletos, em conformidade com o PDTIC vigente, promovendo a atualização tecnológica e a melhoria do desempenho operacional.

14.1.7. Expansão da infraestrutura tecnológica para setores recentemente criados, garantindo a infraestrutura necessária para suportar suas operações.

14.1.8. Reforço da segurança da informação e continuidade dos serviços, por meio da implementação de soluções de proteção energética, mitigando riscos de interrupção e falhas.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. O presente estudo destaca o potencial de economia processual resultante da racionalização dos processos de aquisição, bem como os benefícios diretos em termos de qualidade e agilidade na aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), essenciais para o bom desempenho das atividades administrativas e finalísticas da Base Administrativa do Quartel General (B Adm QGEx).

15.2. Assim, a solução escolhida é aquela que apresenta o menor custo total de propriedade, garantindo a eficiência no uso dos recursos públicos e atendendo às necessidades tecnológicas da instituição de forma sustentável e eficaz.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Eficiência Operacional

16.1.1 Redução do tempo médio de execução de processos administrativos e finalísticos, por meio da modernização da infraestrutura de TI, resultando em serviços mais rápidos e precisos.

16.2. Redução de Custos Operacionais

16.2.1 Diminuição das despesas com manutenção de equipamentos obsoletos e custos indiretos, como consumo de energia e consumo de papel, por meio da adoção de soluções tecnológicas mais eficientes.

16.3. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

16.3.1 Escolha de equipamentos com menor consumo energético e maior durabilidade, contribuindo para a redução do impacto ambiental e alinhamento com políticas de sustentabilidade.

16.4. Capacidade de Suporte à Demanda Crescente

16.4.1 Atendimento à crescente demanda por conectividade e serviços digitais internos, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

16.5. Alinhamento Estratégico

16.5.1. Garantir que a contratação esteja em conformidade com o Planejamento Estratégico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da unidade, assegurando a coerência com os objetivos institucionais.

16.6. Adequação às Necessidades Reais

16.6.1. Atender às necessidades específicas por meio de levantamento detalhado e análise criteriosa, evitando aquisições desnecessárias ou inadequadas.

16.7. Integração Tecnológica

16.7.1. Assegurar a compatibilidade dos novos equipamentos com o ambiente tecnológico existente, evitando sobrecarga de sistemas e garantindo a interoperabilidade.

16.8. Segurança e Continuidade dos Serviços

16.8.1. Fortalecer a segurança da informação e a continuidade dos serviços, por meio da implementação da aquisição de novos equipamento.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Deverão ser adotadas as providências necessárias para o prosseguimento do processo de aquisição de material permanente de Tecnologia da Informação (TI), em conformidade com os procedimentos e requisitos estabelecidos para garantir a transparência, eficiência e legalidade do processo.

17.2. Os militares responsáveis pela fiscalização e gestão contratual deverão, obrigatoriamente, realizar os cursos de Fiscalização e Gestão de Contratos de TIC, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Gestão de Risco no Setor Público, todos disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.escolavirtual.gov.br>, ou no Portal de Educação do Exército, no endereço eletrônico: <https://portaldeeducacao.eb.mil.br/academico>.

17.3. Os materiais adquiridos serão recebidos, examinados e testados por uma comissão técnica devidamente designada, responsável por garantir que os produtos atendam às especificações exigidas no certame. A comissão realizará uma inspeção minuciosa, verificando a conformidade com as condições estabelecidas no contrato, assegurando que a qualidade dos materiais esteja em conformidade com os padrões exigidos. Serão realizados testes práticos para validar o funcionamento e desempenho dos equipamentos, a fim de garantir sua plena funcionalidade e a adequação às necessidades da Base Administrativa do Quartel General.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de material permanente de Tecnologia da Informação (TI) para a Base Administrativa do Quartel General (B Adm QGEx) é viável, conforme demonstrado pelo estudo técnico realizado. A aquisição está em conformidade com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da unidade, atendendo às necessidades tecnológicas e operacionais identificadas. A análise técnica e econômica indicou que a aquisição direta é a opção mais vantajosa, considerando os custos e a eficiência operacional. Além disso, a contratação está prevista no orçamento da unidade, com dotação orçamentária suficiente para cobrir as despesas, e é compatível com o planejamento financeiro. Os materiais a serem adquiridos atendem às especificações técnicas exigidas e garantirão a continuidade das operações da unidade. A execução do processo será conduzida de acordo com a Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência e transparência, conforme as normas aplicáveis à administração pública militar. Assim, a contratação é considerada viável e recomendada, cumprindo todos os requisitos legais, orçamentários e técnicos.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE GUSTAVO SOUSA PERES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 16:32:25.

JONATAS DOS SANTOS RODRIGUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 15:45:24.

LEONARDO LOPES SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 15:43:06.

NILTON FABIANO VELOZO LINS

Autoridade máxima da área de TIC



Assinou eletronicamente em 03/03/2026 às 16:19:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELAÇÃO MATERIAL TI Memória de Cálculo - TI.pdf (318.33 KB)

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
(BASE ADMINISTRATIVA MARECHAL JOSÉ PESSOA)**

RELAÇÃO DE MATERIAL CARGA DA DEPENDÊNCIA B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. MATERIAL PERMANENTE

Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)	Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio					
		Cod Mat Comp	Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.			
01806	100115600007471	0011564580	123110102	ATA GKM 2210T INTELBRAS / Adaptador VoIP para Telefone Analógico similar ou de melhor qualidade ao Adaptador VoIP para Telefone Analógico ATA GKM 2210T Intelbras características: faz a interface entre a tecnologia IP e a tecnologia analógica, integrando aparelhos convencionais e centrais telefônicas à internet, possibilitando ligações via VoIP, com possibilidade para até duas contas SIP, - Codecs: iLBC, G.711, G.726-16/24/32/40, G.723.1 e G.729 - Configuração de rede: Estática	248,50	NP	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 43, de 29/12/2017		27/12/2017	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
01806	100115600007472	0011564580	123110102	ATA GKM 2210T INTELBRAS / Adaptador VoIP para Telefone Analógico similar ou de melhor qualidade ao Adaptador VoIP para Telefone Analógico ATA GKM 2210T Intelbras características: faz a interface entre a tecnologia IP e a tecnologia analógica, integrando aparelhos convencionais e centrais telefônicas à internet, possibilitando ligações via VoIP, com possibilidade para até duas contas SIP, - Codecs: iLBC, G.711, G.726-16/24/32/40, G.723.1 e G.729 - Configuração de rede: Estática	248,50	NP	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 43, de 29/12/2017		27/12/2017	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
06P001	100115600013926	190461	123110102	TELEFONE / Conectividade: Com Fio; Número de Referência: TIP 125i; Tipo de Sinal: Digital; Transmissão do sinal: Não Informado;	178,00	MEAH35024205N	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 011, de 22/3/2022		17/03/2022	NP		NP
(**) Transferência de Material Permanente de acordo com o DIEx Nº 18-Tu Correios/Secretaria/Div Pes/B Adm QGEx, de 06/07/23 (Anexo: Guia de Transferência de Material nº 002/23-Sect, de 06/07/23)					NP					

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 4 / 25	
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)	Placa		
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
		Cod Mat Comp		Nome componente	Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
07338	100115600005965	0011562973	123110109	FURADEIRA DE IMPACTO 1/2" 700W	295,00	19020	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 32, de 14/10/2016			13/10/2016	NP	NP	
(**) Nada informado											
08638	100115600006425	0011563233	123110109	CONJUNTO BROCA ACO RAPIDO 25	133,65	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 38, de 25/11/2016			22/11/2016	NP	NP	
(**) Nada informado											
02235	100115600003799	001156311	123110201	SWITCH TIPO 1 / SWITCH	11.792,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 23, de 10/12/2015			09/12/2015	NP	NP	
(**) Nada informado											
02235	100115600003800	001156311	123110201	SWITCH TIPO 1 / SWITCH	11.792,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 23, de 10/12/2015			09/12/2015	NP	NP	
(**) Nada informado											
02235	100115600003801	001156311	123110201	SWITCH TIPO 1 / SWITCH	11.792,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 23, de 10/12/2015			09/12/2015	NP	NP	
(**) Nada informado											
02235	100115600003802	001156311	123110201	SWITCH TIPO 1 / SWITCH	11.792,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 23, de 10/12/2015			09/12/2015	NP	NP	
(**) Nada informado											
06735	100115600004973	0011561777	123110201	NOTEBOOK CORE I5 14" / Modelo:	1.273,63	BRJ444995F	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					14-R052BR, Marca HP			18/04/2016	NP	NP	
(**) Transferência interna de material permanente, conforme DIEx nº 51-Div TI/B Adm QGExde 11/03/24 (Anexo: Guia Transferência 002/24-DTI, de 11/03/24)											
06835	100115600005018	0011561778	123110201	NOBREAK 1400VA / Modelo: uSM 1400	340,58	272850089703	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					Bi, Marca: SMS			18/04/2016	NP	NP	
(**) Nada informado											
06835	100115600005028	0011561778	123110201	NOBREAK 1400VA / Modelo: uSM 1400	340,58	272850089710	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					Bi, Marca: SMS			18/04/2016	NP	NP	
(**) Nada informado											
06835	100115600005042	0011561778	123110201	NOBREAK 1400VA / Modelo: uSM 1400	340,58	272850089781	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					Bi, Marca: SMS			18/04/2016	NP	NP	
(**) Nada informado											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

REL Mat Carga Dependência B Adm QGEx / VISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 5 / 25	
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial (**) Observação do último movimento					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa	
					Atributos de Patrimônio						
Cod Mat Comp			Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
06935	100115600005068	0011561779	123110201	NOBREAK 3200VA/2240W / Modelo: Double II uSS-HP 3200BBii, Marca: SMS	4.278,64	233330000761	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07035	100115600005070	0011561780	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo: PowerEdge R730; Marca: DELL	14.268,12	GCZB342	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07135	100115600005071	0011561781	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo:PowerEdgeR630; Marca: DELL	15.555,10	GNYCM22	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07135	100115600005072	0011561781	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo:PowerEdgeR630; Marca: DELL	15.555,10	HMYCM22	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07135	100115600005073	0011561781	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo:PowerEdgeR630; Marca: DELL	15.555,10	JLYCM22	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07135	100115600005075	0011561781	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo:PowerEdgeR630; Marca: DELL	15.555,10	2NYCM22	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07135	100115600005077	0011561781	123110201	SERVIDOR DE REDE / Modelo:PowerEdgeR630; Marca: DELL	15.555,10	7LYCM22	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07235	100115600005152	0011561782	123110201	MICROCOMPUTADOR / Processador Core i7, 16 GB RAM DDR3, HD 1TB; Modelo: HP Elite Desk 800G1; Marca: HP	3.081,26	BRJ450G5RR	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07235	100115600005157	0011561782	123110201	MICROCOMPUTADOR / Processador Core i7, 16 GB RAM DDR3, HD 1TB; Modelo: HP Elite Desk 800G1; Marca: HP	3.081,26	BRJ450G8DJ	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 6 / 25	
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
		Cod Mat Comp	Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
07435	100115600005233	0011561784	123110201	RACK PARA SERVIDORES DE 42U 19"	29.383,76	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		18/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
07735	100115600005358	0011561958	123110201	SISTEMA COMPUTADOR POWER CONNECT 6224 / SISTEMA COMPUTADOR POWER CONNECT 6224 (SWITCH) / GERENCIÁVEL COM PADRÃO POE 24 PORTAS AOTOSENSING 10/100/1000MB + 2 OU MAIS PORTAS 10 GB	3.003,58	CN39BX307M	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 30/4/2016		28/04/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
08635	100115600006481	0011563289	123110201	SWITCH GIGABIT / MARCA 3COM MODELO 4210G	443,90	NP	NP	NP	NP	N	
(*) MATERIAL TRANSFERIDO DO DEC PARA B ADM QGEX.					BADM Nr 39, de 30/11/2016		30/11/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
11135	100115600008044	0011565138	123110201	SWITCH / HP 5130-48G-PoE+4SFP EI BR	10.367,50	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 017, de 15/6/2018		15/06/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
11135	100115600008045	0011565138	123110201	SWITCH / HP 5130-48G-PoE+4SFP EI BR	10.367,50	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 017, de 15/6/2018		15/06/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
11135	100115600008046	0011565138	123110201	SWITCH / HP 5130-48G-PoE+4SFP EI BR	10.367,50	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 017, de 15/6/2018		15/06/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
11135	100115600008048	0011565138	123110201	SWITCH / HP 5130-48G-PoE+4SFP EI BR	10.367,50	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 017, de 15/6/2018		15/06/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
11135	100115600008049	0011565138	123110201	SWITCH / HP 5130-48G-PoE+4SFP EI BR	10.367,50	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 017, de 15/6/2018		15/06/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo
					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)		Placa
					Atributos de Patrimônio					
		Cod Mat Comp	Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.			
12535	100115600015844	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,38	9CDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										
12535	100115600015845	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,39	CCDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										
12535	100115600015846	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,39	1CDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										
12535	100115600015849	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,39	FBDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										
12535	100115600015850	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,39	8CDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										
12535	100115600015853	173562	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: RAM: 8GB; HD: 500GB; Processador: I5-6500; Rack: Torre; Número de Referência: OptiPlex 7050; Alimentação: 230W;	2.549,39	3CDVT44	NP	NP	NP	N
(*) Microcomputador Dell Optiplex 7010; Core i3 - 13100; Ram 16 GB; SSD 256 GB; Cor: Preto					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx										

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)											Página 8 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)		Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
	Cod Mat Comp		Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
12835	100115600010275	0011566453	123110201	MONITOR PHILIPS LED 23.6W / MONITOR PHILIPS LED 23.6W	669,98	AFOA1823051436	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 020, de 19/6/2019		19/06/2019	NP		NP	
(**) Nada informado											
12835	100115600010276	0011566453	123110201	MONITOR PHILIPS LED 23.6W / MONITOR PHILIPS LED 23.6W	669,98	AFOA1911053413	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 020, de 19/6/2019		19/06/2019	NP		NP	
(**) Nada informado											
35P005	100115600014226	231886	123110201	ROTULADOR ELETRÔNICO / Tipo: Para imprimir etiquetas;	261,50	E61708A2Z90265	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 028, de 13/7/2022		07/07/2022	NP		NP	
(**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME SOLICITADO NO DIEX - 258-Almx Central/B Adm QGEx DE 21 JUL DE 22 EM ANEXO A GD 135 DE 19 JUL 22, PUBLICADO NO BA 030 DE 27 DE JUL											
35P005	100115600014227	231886	123110201	ROTULADOR ELETRÔNICO / Tipo: Para imprimir etiquetas;	261,50	H1Z853082	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 028, de 13/7/2022		07/07/2022	NP		NP	
(**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME SOLICITADO NO DIEX - 258-Almx Central/B Adm QGEx DE 21 JUL DE 22 EM ANEXO A GD 135 DE 19 JUL 22, PUBLICADO NO BA 030 DE 27 DE JUL											
35P010	100115600000001	00115618	123110201	SERVIDOR REDE / DELL; POWER EDGE R720	14.498,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NR SERIE: CN 07KF7P 42940 2CP 000W A03					BADM Nr 005, de 16/7/2015		02/07/2015	NP		NP	
(**) Nada informado											
35P020	100115600014505	0011569342	123110201	SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS HP 5130-24G-4SFP+ EI JG975A / COM CABO PASSIVO SFP; COR: PRETO	463,11	BR50HCG03M	NP	NP	NP	N	
(*) Inclusão em Carga: DGP, 10 FEV 23; Valor R\$: 463,11; Tempo de uso: 0 meses; Descontado de Material Permanente de acordo com o DIEX Nº 105-Almx Central/B Adm QGEx, de 04/04/23 (Anexo: Guia de Distribuição de Material nº 027, de 04/04/23)					BADM Nr 012, de 29/3/2023		28/03/2023	NP		NP	
(**) Nada informado											
35P026	100115600015878	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
35P026	100115600015879	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
35P026	100115600015880	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
35P026	100115600015881	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)											Página 9 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)		Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
		Cod Mat Comp		Nome componente	Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
35P026	100115600015882	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024			29/10/2024	NP	NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
35P026	100115600015883	0011569367	123110201	TECLADO / DELL	27,35	NP	NP	NP	NP	N	
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024			29/10/2024	NP	NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
35P064	100115600015166	0011569608	123110201	HD EXTERNO / WD – 2TB	334,52	WXN1A882973C	NP	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 11/03/2022 Valor inclusão carga anterior: 458,00					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) Conforme Transferência de Carga Nº 102-Seç Mat/Div Adm/B Adm QGEx de 22 de setembro de 2025											
35P064	100115600015172	0011569608	123110201	HD EXTERNO / WD – 2TB	416,84	WX21A98LAHSC	NP	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 25/03/2022 Valor inclusão carga anterior: 458,00					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) Conforme Transferência de Carga Nº 102-Seç Mat/Div Adm/B Adm QGEx de 22 de setembro de 2025											
35P064	100115600015173	0011569608	123110201	HD EXTERNO / WD – 2TB	416,84	WX41A98HCZE1	NP	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 25/03/2022 Valor inclusão carga anterior: 458,00					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) Conforme Transferência de Carga Nº 102-Seç Mat/Div Adm/B Adm QGEx de 22 de setembro de 2025											
35P066	100115600015187	0011569611	123110201	MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 7080 / CORE I7-10700; RAM 8GB; HDD 1TB; MOUSE ÓPTICO MS116; TECLADO; MONITOR DELL 23,8 POL MOD P2419H	3.192,54	28345828503	37299	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 16/03/2021 Valor inclusão carga anterior: 5.650,00					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) transferência interna de material permanente, conforme DIEx nº 11-Seç Mat/Div Adm/B Adm QGEx de 02/05/24 (Anexo: Guia de Transferência 008, de 17/04/24)											
35P067	100115600015200	0011569612	123110201	MICROCOMPUTADOR / DELL OPTIPLEX 5080; MOUSE; TECLADO	2.894,58	16069426023	37298	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 23/11/2021 Valor inclusão carga anterior: 3.965,04					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) TRANSFERÊNCIA INTERNA DE MATERIAL PERMANENTE DE ACORDO COM O DIEX Nº14-SEÇ MAT/DIV ADM/B ADM QGEX, DE 28/05/24 (ANEXO: GUIA DE TRANSFERÊNCIA INTERNA Nº36/ENC MAT B ADM QGEX).											
35P067	100115600015209	0011569612	123110201	MICROCOMPUTADOR / DELL OPTIPLEX 5080; MOUSE; TECLADO	2.894,58	5306446695	37317	NP	NP	N	
(*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 23/11/2021 Valor inclusão carga anterior: 3.965,04					BADM Nr 053, de 26/12/2023			26/12/2023	NP	NP	
(**) TRANSFERÊNCIA INTERNA DE MATERIAL PERMANENTE DE ACORDO COM O DIEX Nº14-SEÇ MAT/DIV ADM/B ADM QGEX, DE 28/05/24 (ANEXO: GUIA DE TRANSFERÊNCIA INTERNA Nº36/ENC MAT B ADM QGEX).											
41P001	100115600013777	0011568504	123110201	MICROCOMPUTADOR / DELL OPTIPLEX 7090 - CORE I7 - RAM 8GB - HDD 1 TB - SSD 256 GB - DVD+-RW - WIN 10 PRO	4.970,12	9PWL8K3	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 041, de 31/12/2021			31/12/2021	NP	NP	
(**) Distribuição de Material Permanente de acordo com o DIEx Nº 27-Almx Central/B Adm QGEx, de 01/02/22 (Anexo: Guia de Distribuição de Material nº 011, de 13/01/22)											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 10 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão em Carga		Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio					
		Cod Mat Comp	Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.			
41P002	100115600015863	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P002	100115600015864	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P002	100115600015865	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P002	100115600015866	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P002	100115600015867	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P002	100115600015868	0011568505	123110201	MOUSE OPTICO / DELL MS116 - PRETO	21,46	NP	NP	NP	NP	N
(*) NF 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P005	100115600012698	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,50	38918401959	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600012725	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,31	20814521043	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600012726	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,31	21152030547	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600012727	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,31	20924022675	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 11 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão em Carga		Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio					
		Cod Mat Comp	Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.			
41P005	100115600012728	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,31	20861876883	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600012729	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	906,31	38280194535	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600012736	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	796,00	38355777255	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600013028	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	796,00	20925422355	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 010, de 31/3/2021		31/03/2021	NP		NP
(**) Nada informado					NP					
41P005	100115600013671	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	796,00	20053934931	NP	NP	NP	N
(*) Nada informado					BADM Nr 036, de 30/11/2021		29/11/2021	NP		NP
(**) Distribuição de Material Permanente conforme DIEx Nº 379-Almx Central/B Adm QGEx, de 17/12/2021.					NP					
41P005	100115600013813	0011567764	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2419H	646,75	14791698003	NP	NP	NP	N
(*) NR SERIE COMPLETO: BR01XCG2TVB001AL59VBA10					BADM Nr 041, de 31/12/2021		31/12/2021	NP		NP
(**) Distribuição de Material Permanente de acordo com o DIEx Nº 27-Almx Central/B Adm QGEx, de 01/02/22 (Anexo: Guia de Distribuição de Material nº 011, de 13/01/22)					NP					
41P006	100115600015888	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80	TVB00-45G-3K5B	NP	NP	NP	N
(*) Nf 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P006	100115600015889	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80	TVB00-45G-2RDB	NP	NP	NP	N
(*) Nf 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P006	100115600015890	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80	TVB00-45G-220B	NP	NP	NP	N
(*) Nf 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					
41P006	100115600015891	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80	TVB00-476-4E3L	NP	NP	NP	N
(*) Nf 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx					NP					

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 12 / 25	
Nr Ficha (*) Observação do cadastro inicial (**) Observação do último movimento	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa	
					Atributos de Patrimônio						
Cod Mat Comp			Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015892	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-476-4G1L	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015893	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-260B	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015894	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-3NMB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015895	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-30CB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015896	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-3LIB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015897	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-476-4JVL	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015898	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-30FB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015899	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-476-410L	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015900	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024 NP	TVB00-45G-30AB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P006 (*) Nf 6734576	100115600015901	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80 BADM Nr 043, de 31/10/2024	TVB00-45G-3LNB	NP 29/10/2024	NP NP	NP	N NP	
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA FORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 13 / 25	
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr	(EB)	Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
Cod Mat Comp			Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
41P006	100115600015902	0011569256	123110201	MONITOR / MARCA DELL - 23.8" - MODELO P2422H	1.102,80	TVB00-45G-30DB	NP	NP	NP	N	
(*) Nf 6734576					BADM Nr 043, de 31/10/2024		29/10/2024	NP		NP	
(**) Conforme solicitado no Doc do SPED Transferência de Carga Nº 18-Almx Central/B Adm QGEx											
41P013	100115600012708	163245	123110201	COMPUTADOR SERVIDOR / Capacidade: 32GB; Processador: Não Informado; Rack: Não Informado; Número de Referência: OptiPlex 9020; Alimentação: Não Informado;	4.699,18	971YVC2	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 003, de 29/1/2021		28/01/2021	NP		NP	
(**) Nada informado											
00712	100115600003812	231982	123110301	CONDICIONADOR DE AR / Capacidade: 18000 BTUS; Voltagem: 110/220V;	2.844,17	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 25, de 24/12/2015		23/12/2015	NP		NP	
(**) Nada informado											
10112	100115600007510	0011564617	123110301	FRIGOBAR MARCA ELECTROLUX MODELO REI120-220V / FRIGOBAR MARCA ELECTROLUX MODELO REI120-220V	800,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 002, de 19/1/2018		15/01/2018	NP		NP	
(**) Nada informado											
12212	100115600007238	231701	123110301	CONDICIONADOR DE AR / Capacidade: 30000 BTUS; Voltagem: 220V;	6.450,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) MODELO HEFI30B2IA. MATERIAL RECEBIDO SEM TREM.					BADM Nr 21, de 23/6/2017		14/06/2017	NP		NP	
(**) Transferência interna de material permanente, de acordo com DIEx nº 6-Tu Ap As Jurd/Cmdo/B Adm QGEx de 07/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-Tu Ap As Jurd, de 07/03/24)											
12212	100115600010495	231701	123110301	CONDICIONADOR DE AR / Capacidade: 30000 BTUS; Voltagem: 220V;	3.082,90	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 042, de 31/12/2019		17/12/2019	NP		NP	
(**) Transferência interna de material permanente, conforme DIEx nº 112-Div Mnt Bens Imoveis/B Adm QGEx de 18/03/24 (Anexo: Guia de Transferência Nr 01/2024-Div Mnt)											
12212	100115600010521	231701	123110301	CONDICIONADOR DE AR / Capacidade: 30000 BTUS; Voltagem: 220V;	3.082,90	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 042, de 31/12/2019		20/12/2019	NP		NP	
(**) Nada informado											
12P044	100115600003807	231887	123110301	CONDICIONADOR DE AR / Capacidade: 12000 BTUS; Voltagem: 110/220V;	2.890,75	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 25, de 24/12/2015		23/12/2015	NP		NP	
(**) Solução ao DIEx nº 98-Almx/Div Adm/B Adm QGEx											
12P052	100115600006785	0011563443	123110301	ESCADA / DOMESTICA 7 DEGRAUS	130,10	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 42, de 26/12/2016		23/12/2016	NP		NP	
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											
(**) Nada informado											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)											Página 14 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)		Placa	
					Atributos de Patrimônio						
					Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
01142	100115600000889	001156968	123110303	ARMARIO TIPO VESTIÁRIO COM 4 PORTAS / TIPO VESTIÁRIO COM 4 PORTAS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES (armario 2000mm x 590mm x 800mm)(porta 970mm x 390mm)	2.495,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 12, de 10/9/2015			09/09/2015			NP
(**) Nada informado											
05742	100115600002923	0011561219	123110303	ARMARIO TIPO CABIDEIRO / TIPO CABIDEIRO COM 04 (QUATRO) PORTAS (DUAS SUPERIORES E DUAS INFERIORES), COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: ALTURA 1800 MM X LARGURA 800 MM X PROFUNDIDADE 600 MM.	2.495,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 18, de 30/10/2015			27/10/2015			NP
(**) Nada informado											
05942	100115600002967	0011561229	123110303	MESA DELTA / MESA DELTA	850,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) DIMENSÕES: 160 CM X 120 CM.					BADM Nr 18, de 30/10/2015			28/10/2015			NP
(**) Nada informado											
09642	100115600003957	0011561537	123110303	SUORTE PARA CPU / SUORTE PARA CPU / DIMENSÕES LXPXA (250X430X504 MM)	181,42	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016			08/03/2016			NP
(**) Nada informado											
09642	100115600003958	0011561537	123110303	SUORTE PARA CPU / SUORTE PARA CPU / DIMENSÕES LXPXA (250X430X504 MM)	181,42	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016			08/03/2016			NP
(**) Nada informado											
09642	100115600003959	0011561537	123110303	SUORTE PARA CPU / SUORTE PARA CPU / DIMENSÕES LXPXA (250X430X504 MM)	181,42	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016			08/03/2016			NP
(**) Nada informado											
09642	100115600003963	0011561537	123110303	SUORTE PARA CPU / SUORTE PARA CPU / DIMENSÕES LXPXA (250X430X504 MM)	181,42	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016			08/03/2016			NP
(**) Nada informado											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

(**) Nada informado

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / Relação de Tecnologia da Informação (Mat Permanente)										Página 18 / 25	
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)		Placa	
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
		Cod Mat Comp		Nome componente	Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
13142	100115600004067	0011561724	123110303	MESA PLANA / MESA PLANA, DIMENSÃO: 1400X600X740MM	620,78	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
13142	100115600004068	0011561724	123110303	MESA PLANA / MESA PLANA, DIMENSÃO: 1400X600X740MM	620,78	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
15442	100115600004206	0011561753	123110303	ARMARIO MEDIO / ARMARIO MEDIO / 800X500X1100MM	1.075,15	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
15442	100115600004209	0011561753	123110303	ARMARIO MEDIO / ARMARIO MEDIO / 800X500X1100MM	1.075,15	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
16342	100115600004200	241095	123110303	ARMÁRIO / Tipo de Material: Madeira; Modelo: Com 02 (duas) portas; Dimensões: Altura acima de 90 cm;	732,99	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
16342	100115600014574	241095	123110303	ARMÁRIO / Tipo de Material: Madeira; Modelo: Com 02 (duas) portas; Dimensões: Altura acima de 90 cm;	1.273,00	NP	NP	NP	NP	N	
(*) 2022NE673					BADM Nr 019, de 16/5/2023		11/05/2023	NP		NP	
(**) Transferência de material permanente, conforme DIEx nº 9-SECAC/DIVALC/B Adm QGEx de 06/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-DIVALC, de 06/03/24)											
20442	100115600006347	0011563166	123110303	ARMARIO ALTO MEDINDO 800X500X1600 / ARMARIO ALTO MEDINDO 800X500X1600, COM DUAS PORTAS E QUATRO PRATELEIRAS , NA COR CEREZO LEON.	620,78	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		10/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
25742	100115600004351	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
25742	100115600004357	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52	NP	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 07, de 10/3/2016		08/03/2016	NP		NP	
(**) Nada informado											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / B Adm QGEX / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)										Página 19 / 25
Nr Ficha (*) Observação do cadastro inicial (**) Observação do último movimento	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr Bol de Inclusão em Carga Atributos de Patrimônio	Nr Série Mat. Dt Incl Carga	Numero Mat. Dt Incl Carga	Nr Lote Mat Nr Registro Vtr (EB)	Ano Lote	Acervo Placa
		Cod Mat Comp		Nome componente	Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.			
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004358	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004359	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004360	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004361	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004362	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004363	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004364	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) CONFORME DIEX NR 40-SEQ PES / B ADM QGEX, 30 DE MARÇO DE 2016	100115600004387	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) CONFORME DIEX NR 40-SEQ PES / B ADM QGEX, 30 DE MARÇO DE 2016	100115600004396	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
25742 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600004409	231950	123110303	POLTRONA / Modelo: Giratória;	587,52 BADM Nr 07, de 10/3/2016 NP	NP	NP 08/03/2016	NP NP	NP	N NP
31142 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600010595	231742	123110303	MESA DE USO GERAL / Tipo: Madeira trabalhada com gavetas;	281,84 BADM Nr 042, de 31/12/2019 NP	NP	NP 23/12/2019	NP NP	NP	N NP
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025										

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)									Página 20 / 25	
Nr Ficha (*) Observação do cadastro inicial (**) Observação do último movimento	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr Bol de Inclusão em Carga Atributos de Patrimônio Qtde Componente	Nr Série Mat. Nr Série Comp.	Numero Mat. Dt Incl Carga Numero Comp.	Nr Lote Mat Nr Registro Vtr (EB)	Ano Lote	Acervo Placa
31942 (*) Nada informado (**) Nada informado	100115600010880	0011567046	123110303	CADEIRA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO / CADEIRA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO	16,76 BADM Nr 011, de 31/3/2020 NP	NP	NP 30/03/2020	NP NP	NP	N NP
42P021 (*) Nada informado (**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME SOLICITADO NO DIEX - 258-Almx Central/B Adm QGEx DE 21 JUL DE 22 EM ANEXO A GD 135 DE 19 JUL 22, PUBLICADO NO BA 030 DE 27 DE JUL	100115600014173	0011568865	123110303	SUPORTE BIARTICULADO AÇO TV 40"-75" / COR: PRETO	310,00 BADM Nr 028, de 13/7/2022 NP	NP	NP 07/07/2022	NP NP	NP	N NP
42P021 (*) Nada informado (**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME SOLICITADO NO DIEX - 258-Almx Central/B Adm QGEx DE 21 JUL DE 22 EM ANEXO A GD 135 DE 19 JUL 22, PUBLICADO NO BA 030 DE 27 DE JUL	100115600014174	0011568865	123110303	SUPORTE BIARTICULADO AÇO TV 40"-75" / COR: PRETO	310,00 BADM Nr 028, de 13/7/2022 NP	NP	NP 07/07/2022	NP NP	NP	N NP
42P041 (*) 2022NE673 (**) Transferência de material permanente, conforme DIEx nº 9-SECAC/DIVALC/B Adm QGEx de 06/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-DIVALC, de 06/03/24)	100115600014516	0011569355	123110303	GAVETEIRO VOLANTE / Dimensão: 400 X 520 X 545 mm; 03 Gavetas; Com Fechadura; Cor: Carvalho Avelã	646,00 BADM Nr 019, de 16/5/2023 NP	NP	NP 11/05/2023	NP NP	NP	N NP
42P041 (*) 2022NE673 (**) Transferência de material permanente, conforme DIEx nº 9-SECAC/DIVALC/B Adm QGEx de 06/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-DIVALC, de 06/03/24)	100115600014528	0011569355	123110303	GAVETEIRO VOLANTE / Dimensão: 400 X 520 X 545 mm; 03 Gavetas; Com Fechadura; Cor: Carvalho Avelã	646,00 BADM Nr 019, de 16/5/2023 NP	NP	NP 11/05/2023	NP NP	NP	N NP
42P041 (*) 2022NE673 (**) Transferência de material permanente, conforme DIEx nº 9-SECAC/DIVALC/B Adm QGEx de 06/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-DIVALC, de 06/03/24)	100115600014533	0011569355	123110303	GAVETEIRO VOLANTE / Dimensão: 400 X 520 X 545 mm; 03 Gavetas; Com Fechadura; Cor: Carvalho Avelã	646,00 BADM Nr 019, de 16/5/2023 NP	NP	NP 11/05/2023	NP NP	NP	N NP
42P041 (*) 2022NE673 (**) Transferência de material permanente, conforme DIEx nº 9-SECAC/DIVALC/B Adm QGEx de 06/03/24 (Anexo: Guia de Transferência 001-DIVALC, de 06/03/24)	100115600014534	0011569355	123110303	GAVETEIRO VOLANTE / Dimensão: 400 X 520 X 545 mm; 03 Gavetas; Com Fechadura; Cor: Carvalho Avelã	646,00 BADM Nr 019, de 16/5/2023 NP	NP	NP 11/05/2023	NP NP	NP	N NP
42P076 (*) OM anterior: SEPCEA/EME Data inclusão carga anterior: 11/03/2022 Valor inclusão carga anterior: 1.310,00 Data de transferência de Carga Nº 102-Seç Mat/Div Adm/B Adm QGEx de 22 de setembro de 2023 (**) Baixa Deprec: 147,30	100115600015322	0011569649	123110303	ARMÁRIO DE MADEIRA / 02 PORTAS; 0,80 X 0,50 X 1,60 M (L X P X A)	1.162,70 BADM Nr 053, de 26/12/2023 NP	NP	NP 26/12/2023	NP NP	NP	N NP
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025										

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Permanente)											Página 23 / 25
Nr Ficha	Nr Patrimônio	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Valor Patr	Nr Série Mat.	Numero Mat.	Nr Lote Mat	Ano Lote	Acervo	
(*) Observação do cadastro inicial					Bol de Inclusão	em Carga	Dt Incl Carga	Nr Registro Vtr (EB)	Placa		
(**) Observação do último movimento					Atributos de Patrimônio						
Cod Mat Comp			Nome componente		Qtde Componente	Nr Série Comp.	Numero Comp.				
33P004	100115600014043	0011568750	123110405	TELEVISOR / AOC, MODELO: 50U6305/78G, LED, 50", SMART, 4K, COM CONTROLE REMOTO	2.575,00	506M1XA003879	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 021, de 31/5/2022		26/05/2022	NP		NP	
(**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME AO DIEX Nº 186-Almx Central/B Adm QGEx DE 02 JUN 22 (EM ANEXO A GD 116 DE 30 MAIO 22)											
33P004	100115600014044	0011568750	123110405	TELEVISOR / AOC, MODELO: 50U6305/78G, LED, 50", SMART, 4K, COM CONTROLE REMOTO	2.575,00	506M1XA002755	NP	NP	NP	N	
(*) Nada informado					BADM Nr 021, de 31/5/2022		26/05/2022	NP		NP	
(**) MATERIAL DISTRIBUIDO CONFORME AO DIEX Nº 186-Almx Central/B Adm QGEx DE 02 JUN 22 (EM ANEXO A GD 116 DE 30 MAIO 22)											
Número total de patrimônios da dependência: 180					Valor total do patrimônio da dependência:					427.591,82	
2. MATERIAL DE USO DURADOURO											
Nr Ficha	Nr Cad Inicial	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Nr Série	Número	Ano Lote	Nr Lote
(*) Observação do cadastro inicial											
(**) Observação do último movimento											
17C103	47040	0011567410	123119910	APRESENTADOR SLIDE SEM FIO / Cor: Preto	8	39,60	316,80				
(*) 2023NE229											
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
17C209	47044	0011569462	123119910	TESTADOR CABO REDE RJ45 E RJ11 / Cor: Branco	11	31,33	344,63				
(*) 2023NE229											
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
17C210	47045	0011569463	123119910	TESTADOR DIGITAL FONTE ATX / Cor: Preto	1	110,37	110,37				
(*) 2023NE229											
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
17C213	47063	0011562343	123119910	HD EXTERNO 2.5" 1TB ADATA HC660 SLIM / .	4	277,48	1.109,92				
(*) 2023NE200											
(**)											
17C215	47131	0011569483	123119910	DOCK STATION HD E SSD SATA 2.5"-3.5" ECASE Z320 / Cor: Preto	6	50,00	300,00				
(*) 2023NE223											
(**)											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Nr Ficha	Nr Cad Inicial	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Nr Série	Número	Ano Lote	Nr Lote
(*) Observação do cadastro inicial											
(**) Observação do último movimento											
26C016	41455	0011568789	123119910	CANETA INDUTIVA COM TESTADOR	1	157,00	157,00				
(*)				CABO REDE / MARCA: SECTOOL,							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido				MODELO: NKLT-NKX801R/B, COM 2							
				BATERIAS 9V 6F22 E FONE DE							
				OUVIDO, COR: VERMELHO							
26C023	41820	0011568870	123119910	MULTÍMETRO DIGITAL / MARCA:	2	47,00	94,00				
(*)				EXBORN, MODELO: MD-200L,							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido				DISPLAY 3 1/2, COR: AMARELO COM							
				PRETO							
26C130	46616	0011563071	123119910	PISTOLA COLA QUENTE 15W(40W) /	2	37,00	74,00				
(*) 2023NE227				Bivolt; Cor: Preto							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
42C012	46600	0011563793	123119910	SOPRADOR TÉRMICO 2000 W / 220v	1	139,17	139,17				
(*) 2023NE221											
(**) Transferência interna de material, de acordo com DIEx Nº 254-Div Tmp/B Adm QGEx,											
de 09/08/23 (Anexo: Guia de Transferência Nr 001/Div Tmp, de 01/08/23)											
42C013	46638	0011562982	123119910	SUGADOR SOLDA / Material:	2	29,37	58,74				
(*) 2023NE230				Alumínio; Bico plástico removível							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
42C014	47130	0011563797	123119910	ALICATE CRIMPAR RJ45 RJ11 E	12	23,77	285,24				
(*) 2023NE223				RJ12 OB-315 / Com cortador e							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido				decapador; Cor: Verde e Preto							
42C015	47245	0011562796	123119910	ALICATE INSERÇÃO PUNCH DOWN	10	28,85	288,50				
(*) 2023NE216				GC HT 314B / Cor: Laranja							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
42C016	47247	0011569487	123119910	KIT TESTADOR E LOCALIZADOR	12	149,37	1.792,44				
(*) 2023NE216				CABOS EXBOM FEPRO-TC300 / Cor:							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido				Amarelo							
42C017	47246	0011569488	123119910	MULTÍMETRO DIGITAL METER	5	37,62	188,10				
(*) 2023NE216				DT-830 / Cor: Amarelo							
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
Relação emitida pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS1119050274 / DO NASCIMENTO - Data de emissão : segunda-feira, 17 de novembro de 2025											

Rel Mat Carga Dependência B Adm QGEx / DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Mat Uso Duradouro)										Página 25 / 25	
Nr Ficha	Nr Cad Inicial	Cod Mat	Conta Contábil	Nome material	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Nr Série	Número	Ano Lote	Nr Lote
(*) Observação do cadastro inicial											
(**) Observação do último movimento											
42C018	47281	0011569498	123119910	MEDIDOR DISTÂNCIA LASER	4	127,70	510,80				
				LOMVUM M50 / Cor: Preto e laranja							
(*) 2023NE210											
(**) Movimento gerado pelo processamento automático de pedido											
Número total de materiais de uso duradouro da dependência:				81	Valor total dos materiais de uso duradouro da dependência:				5.769,71		
</											

BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX

Ata de Registro de Preços 210/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
210/2025	160186-BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX	LARISSA PEREIRA SANTOS DE MESQUITA	22/04/2026 14:17 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	18/2025	65304.001995/2025-13

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO
(BASE ADMINISTRATIVA MARECHAL JOSÉ PESSOA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025

(Processo Administrativo nº 65304.001995/2025-13)

Ata de Registro de Preços nº 210/2025

A Base Administrativa do Quartel General do Exército por meio da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos, com sede na Avenida do Exército, setor Militar Urbano, S/N, Bloco J 2º Piso, CEP:70.630-901, na cidade de Brasília- DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.744.847/0001-50, neste ato representado(a) pelo(a)Sr. Coronel Nilton Fabiano Velozo Lins, Ordenador de Despesas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Regulamento de Administração do Exército (RAE), EB10-R-01.003, 1ª Edição, 2021, aprovado pelo Portaria – C Ex Nº PORTARIA - CEX Nº 269, DE 12 DE MARÇO DE 2024 e em conformidade com as funções que lhe foram delegadas pela nomeação da Portaria nº 269, de 12 de março de 2024, do Comandante do Exército e publicada no DOU nº 50, de 12 de março de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 74693409472 (MD-EB), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS nº 90026/2025, publicada no de /...../202....., processo administrativo n.º 65304.001995/2025-13, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de material de TI destinado a atender as necessidades da Base Administrativa do Quartel-General do Exército especificado(s) no(s) item(ns) 1. Do Objeto, do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90026/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

12.1. Não haverá formação de cadastro de reserva na presente Ata de Registro de Preços.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILTON FABIANO VELOZO LINS

Autoridade competente

